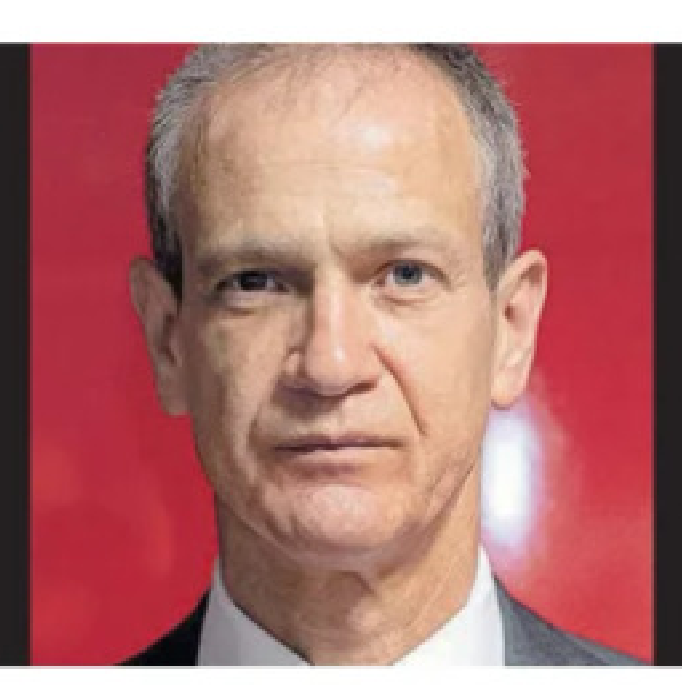
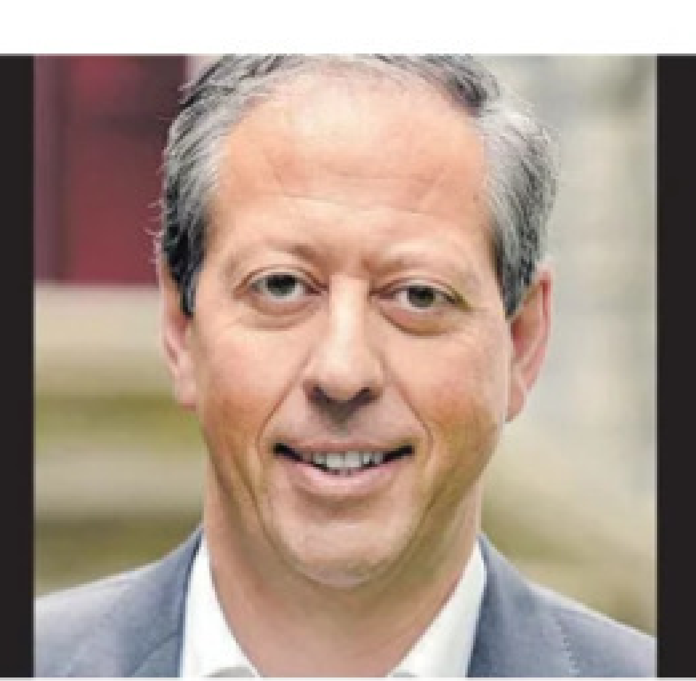




#14
Miguel Maya recuperou o BCP, retomou dividendos e tem reconquistado a confiança dos investidores.



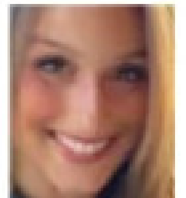
#13
Ano arrancou difícil, mas Rios Amorim não baixou os braços e anunciou a reestruturação do negócio.

negocios

negocios.pt

Quinta-feira, 22 de agosto de 2024 | Diário | Ano XVIII | N.º 5308 | € 2.80
Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

CATARINA CARIA
Kamala Harris ainda não desiludiu o eleitorado
OPINIÃO 23



PEDRO BRINCA
A recessão que ainda está para acontecer
OPINIÃO 26



Almofada da Segurança Social já cobre dois anos de pensões

Fundo de Estabilização atingiu 34,7 mil milhões de euros e consegue responder às despesas previsíveis com reformas até 2026. É a primeira vez que tal acontece. Lei permite parar transferências.
ECONOMIA 12 e 13

Todos os olhos estão postos em Jackson Hole



Palavras de Powell vão marcar o encontro e podem impulsionar retoma ou lançar novo balde de água fria sobre as bolsas.
MERCADOS 20 e 21

Natalie Behring/Getty Images

Ambiente
Lixo deixado pelos turistas é cobrado aos contribuintes
EMPRESAS 16 e 17

Caixa devolve injeção pública após sete anos
HOME PAGE 2

Operadores ferroviários pagam à IP
EMPRESAS 18

Imobiliário resiste ao fim dos vistos gold
ECONOMIA 14 e 15

HOME PAGE

Caixa devolve injeção pública sete anos depois



Carlos M. Almeida/Lusa

Presidente da comissão executiva da Caixa Geral de Depósitos desde 2017, Paulo Macedo elegeu a devolução da injeção pública como um dos objetivos prioritários do banco.

Pagamento extraordinário neste ano já tinha sido anunciado e soma-se aos 525 milhões de euros referentes a 2023. Com a entrega deste dividendo adicional, a Caixa Geral de Depósitos salda a injeção de 2,5 mil milhões feita em 2017.

HUGO NEUTEL
hugoneutel@negocios.pt

Sete anos depois, a Caixa Geral de Depósitos (CGD) vai devolver por completo a injeção pública de 2.500 milhões de euros feita em 2017 no contexto da recapitalização.

"A Caixa Geral de Depósitos informa que, por Deliberação Social Unânime por escrito do seu acionista único, o Estado Português, de 20 de agosto de 2024, foi determinado o pagamento de um dividendo adicional no valor de 300 milhões de euros, a liquidar a 28 de agosto de 2024", informou o banco público nesta quarta-feira, em comunicado enviado à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Esta era a parcela que faltava para a Caixa abater por completo aquela parte da recapitalização. "Com o pagamento deste dividendo adicional é integralmente reembolsada a recapitalização pública em dinheiro realizada em 2017, no valor de 2.500 milhões, sucedendo ao reembolso de 100% dos mil milhões de euros da componente de dívida privada, que ocorreu em 2023", salienta a instituição financeira liderada por Paulo Macedo. "Deste modo, a Caixa entrega ao seu acionista em 2024 um montante total de 825 milhões", continua a CGD, referindo-se ao dividendo já antes anunciado de 525 milhões de euros, relativo aos resultados de 2023, quando alcançou lucros-recorde de 1.291 milhões.

A devolução da injeção pública foi sempre eleita pela CGD como objetivo a atingir.

A instituição financeira pública tem entregado dividendos anuais ao Estado desde 2018. Referentes a esse ano foram 200 milhões de euros. No ano seguinte transferiu 317 milhões e em 2020 pagou 204 milhões. O valor aumentou para 713 milhões de euros em 2022 e atingiu 525 milhões referentes ao exercício de 2023, aos quais o banco decidiu acrescentar, por via dos resultados que alcançou, os 300 milhões de euros cuja data de pagamento foi agora anunciada.

Uma restruturação de 4,9 mil milhões

Em 2017, após anos de prejuízos acumulados e dificuldades em cumprir rácios de capital, o primeiro Governo de António Costa decide recapitalizar a Caixa Geral de Depósitos. O Ministério das Finanças, então liderado por Mário Centeno – atual governador do Banco de Portugal – negoceia com Bruxelas a injeção de 4,9 mil milhões de euros. O Estado ficou responsável por 3,9 mil milhões e os privados entrariam com o restante (que entretanto já foi também devolvido). Dos cofres públicos saíram duas parcelas: a injeção de 2,5 mil milhões de euros (que com a entrega do dividendo de 300 milhões na próxima semana ficará saldada) e a absorção de 945 milhões em obrigações de capital contingente. Além disso, entraram no banco 500 milhões de euros da venda dos 49% que a Parpública tinha na Parcaixa. ■

DIA

AÇÃO

Crescimento dos lucros e limpeza da dívida impulsiona Martifer



A empresa liderada por Pedro Duarte registou lucros de 11,5 milhões de euros até junho.

Foi um primeiro semestre de sucesso para a Martifer, o que se refletiu em bolsa. O grupo controlado pelos irmãos Martins e pela Mota-Engil lucrou 11,5 milhões de euros, mais 27% do que no período homólogo. A dívida bruta caiu para 89,7 milhões de euros, menos 1,7 milhões face a dezembro. Já a dívida líquida, que chegou a 605 milhões em 2008, passou a negativa, com a posição líquida de caixa de 19 milhões de euros. ■



5,45%

Variação este ano: **7,52%**
Valor em bolsa:
164,5 milhões de euros

FRASE

“Durante estes 50 anos tivemos um longo conflito fomentado pelos mesmos numa vã tentativa de reverter o rumo da história.



JOÃO LOURENÇO
Presidente de Angola

FOTO



O Japão registou em julho número recorde de turistas

A cidade de Fujikawaguchiko, farta do fluxo interminável de visitantes, já tapou uma das mais populares vistas do Monte Fuji, mas nem assim o número de visitantes decresce no Japão. Este ano, e até ao final de julho, o país registou um total de 21,06 milhões de turistas, segundo dados oficiais. É um recorde absoluto. Só em julho, foram 3,2 milhões os visitantes.

Fotografia: Franck Robichon / EPA

NÚMERO



As exportações da indústria agroalimentar subiram 9,46% até junho. Espanha, França, Brasil, Itália e Alemanha absorveram 63% do total.

EDITORIAL




DIANA RAMOS
Diretora
dianaramos@negocios.pt

Dogmatismo nos elétricos

O setor automóvel europeu está há largos meses sob pressão e muito pouco tem sido feito pela Comissão Europeia para de alguma forma proteger uma área de negócio com elevado peso na economia do Velho Continente. A mais recente decisão de manter as tarifas elevadas sobre carros elétricos vindos da China, aceitando entrar no jogo de Musk oferecendo-lhe uma taxa reduzida sobre os seus Tesla "made in China", é mais uma das muitas incongruências dos responsáveis de Bruxelas.

Há muito que as principais fabricantes europeias vêm dizendo que impor a mobilidade elétrica com um calendário tão apertado na UE, sem criar condições para que as marcas não sejam obrigadas a refletir os cerca de 40% dos custos adicionais da eletrificação face ao valor dos concorrentes chineses, é um erro que só afundará ainda mais as diferentes insígnias. No fundo, a UE está a colocar os seus consumidores entre a espada – a compra de elétricos produzidos na China com elevada subsidiação a preços muito em conta – e a parede – deixar de ter acesso a um veículo que lhe garanta mobilidade pelos elevados custos dos elétricos.

A Europa precisa de uma estratégia séria para os elétricos, distante do dogmatismo.

De pouco têm servido os apelos: há um novo executivo europeu em formação e pouco ou nada se sabe sobre o que será a estratégia da equipa de Von der Leyen para o futuro da indústria automóvel europeia. Sendo que há um outro fator relevante que poderá expor ainda mais os fabricantes europeus: as eleições nos EUA.

Entrar numa lógica de guerra de tarifas com a China são meros paliativos para um problema de fundo que não se resolve com este tipo de disputas territoriais. Abre apenas uma permanente litigiosidade que apenas penaliza os restantes setores de atividade por arrasto. Veja-se o caso das investigações abertas por Pequim à importação de carne de porco europeia ou a análise aprofundada às compras de laticínios europeus.

A Europa precisa de uma estratégia séria, distante do dogmatismo que até aqui tem dominado, para a indústria automóvel. Conduzir o setor para a mera lógica da concorrência cega irá, em última instância, conduzir à fusão de marcas e, no fim da linha, a uma menor oferta no mercado. ■



#14 Miguel **Maya**

O CEO tem liderado o BCP num caminho de recuperação após a crise financeira. O crescimento do negócio, subida dos lucros e regresso dos dividendos têm sido fatores essenciais para a reconquista da confiança dos investidores.

BILHETE DE IDENTIDADE

● **Nome:** Miguel Maya Dias Pinheiro ● **Cargo:** Presidente executivo do BCP ● **Naturalidade:** Lisboa ● **Data de nascimento:** 16 de junho de 1964 ● **Formação:** Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pelo ISCTE ● **Outros cargos:** "Chairman" do ActivoBank, administrador do BIM, membro do "supervisory board" do Bank Millennium.

OS MAIS PODEROSOS 2024



PORQUE SOBE

Recuperou a confiança dos investidores – o valor em bolsa do banco está em máximos de oito anos –, fez retomar os dividendos e quer distribuir mais de metade dos lucros (que não param de crescer) nos próximos anos, enquanto navega a incerteza em torno da estrutura acionista com a redução da posição da Fosun. Miguel Maya continua, contudo, a ser alvo de críticas pelos trabalhadores do BCP e a ter em mãos dois problemas judiciais: o "cartel da banca" e os créditos em francos suíços na Polónia.

TABELA DE CRITÉRIOS

Poder da fortuna	★☆☆☆☆
Rede empresarial	★★★★★
Influência política	★★★★☆
Influência mediática	★★★☆☆
Perenidade	★★★★★

LEONOR MATEUS FERREIRA
leonorferreira@negocios.pt
DIANA RAMOS
dianaramos@negocios.pt

Conhecer marés, navegar os ventos e ter equilíbrio é essencial à prática de desportos aquáticos, algo que será útil a Miguel Maya – cujos tempos livres são passados entre a praia e os livros – também na vida profissional. A gerir um banco com lucros como não se viam há uma década e o valor em bolsa mais elevado em oito anos, o gestor viu-se confrontado com dúvidas sobre a estrutura acionista e tem de lidar com um negócio na Polónia que, apesar da evolução, persiste em dar problemas.

"Fizemos um bom trimestre, voltámos a ter um bom semestre, e diria que foi quer o melhor trimestre, quer o melhor semestre, pelo menos, dos últimos 10 anos da vida do Banco Comercial Português". O CEO Miguel Maya anunciava assim, em conferência de imprensa a 31 de julho, os lucros de 485,3 milhões de euros conseguidos no primeiro semestre, uma subida de 14,7% face ao mesmo período do ano passado.

O reforço da margem financeira – a diferença entre os juros cobrados nos créditos e os pagos nos depósitos – tem ajudado o banco (tal como os concorrentes) a reforçar lucros e a viver o melhor momento desde a crise financeira, o que lhe tem valido, contudo, críticas abrangentes a todo o setor financeiro. Por um lado, de partidos políticos – nos últimos dois anos várias vezes foi recuperada a ideia de alargar o imposto sobre lucros extraordinários aos bancos – e, por outro, dos trabalhadores.

"Pelos vistos, os melhores resultados 'dos últimos dez anos da vida' do BCP não chegam para aumentar os trabalhadores de forma justa e razoável, não os penalizando de forma negativa face aos colegas de um qualquer outro banco", escreveu Paulo Gonçalves Marcos, presidente do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários e da União dos Sindicatos Independentes, numa carta aberta, publicada na semana passada no Público.

O sindicato pedia aumentos de 3% das tabelas salariais e das pensões, mas o banco ficou pelos 2,25%. Em fevereiro, Maya dizia que o banco está a fazer um "caminho" na negociação com os trabalhadores. Por essa altura, um lado pedia 6% e o outro contra argumentava com 2,125%.

O regresso dos dividendos

Também na remuneração dos acionistas está a haver uma evolução. Em plena crise financeira global e com Nuno Amado à frente dos destinos do banco, o BCP suspendeu o pagamento de dividendos: em 2011 ainda avançou com um "scrip dividend" (com a emissão de novas ações), mas depois disso só voltou a fazê-lo em 2019 – já com Miguel Maya como CEO. Mas dos lucros de 2018, os acionistas receberam apenas 0,2 cêntimos por ação. No ano seguinte, foram 0,09 cêntimos.

Este ano, o cenário mudou de figura: os 1,7 cêntimos por ação representaram um total de 256,9 milhões de euros em dividendos

O BCP viveu, em 2024, o melhor primeiro trimestre dos últimos 10 anos. Este ano, deu 30% dos lucros em dividendos e, no próximo, quer dar 50%.

Continua na pág. 7

OS MAIS PODEROSOS **2024**



14 MIGUEL MAYA

O gestor presenciou a guerra acionista no banco no início do milénio. A estrutura passou este ano novamente por mudanças.

TEIA DE INFLUÊNCIA



Madalena Tomé
O CEO do BCP e Madalena Tomé, a presidente da SIBS (a entidade detida pelos bancos que gere a rede Multibanco e o MBWay) têm uma relação pessoal, além de profissional.



João Talone
Miguel Maya e o fundador da Magnum (que foi administrador do banco e antigo CEO da EDP), João Talone, têm um longo historial em comum, que começou na década de noventa no BCP.

Vítor Bento
O presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB), entidade que representa as instituições financeiras nacionais. Mantém por isso também uma relação próxima com o BCP.

Miguel Bragança
Com Nuno Amado e Miguel Maya, Miguel Bragança completa o tripé da liderança do BCP. É vice-presidente executivo, CFO e um dos administradores mais próximos do CEO.



Nuno Amado
O banqueiro é o antecessor de Miguel Maya no cargo de CEO do BCP. Desde 2018 que assumiu a presidência não executiva da instituição financeira, trabalhando de perto com o sucessor.

Jorge Magalhães Correia
Foi vice-presidente da administração do BCP por escolha da Fosun. Atualmente detém funções como presidente da administração da Fidelidade.



Sebastião Gaspar Martins
A Sonangol é o segundo maior acionista do BCP. O presidente da petrolífera angolana tem dado garantias sobre querer manter a participação no banco português.

João Brás Jorge
Os encargos com os francos suíços continuam a pesar sobre o Bank Millennium, instituição polaca detida pelo BCP, mas o CEO João Brás Jorge conseguiu superar as expectativas de lucros.

Lingjiang Xu
A Fosun, maior acionista do BCP, é representada em Portugal por Lingjiang Xu. Para a administração do banco tinha nomeado Xiaoxu Gu, também conhecida por Julia Gu, que saiu em janeiro.







Luís Máximo dos Santos
O BCP é um dos bancos que contribuem para o Fundo de Resolução. A entidade é liderada por Luís Máximo dos Santos, também vice-governador do Banco de Portugal.



Mário Centeno
Cabe ao governador do Banco de Portugal acompanhar a banca nacional. Mário Centeno tem chamado a atenção dos bancos para a "obrigação social" nos juros dos depósitos.

Paulo Macedo
A CGD, liderada por Paulo Macedo, abriu a porta à compra do Novo Banco e Miguel Maya respondeu que o BCP não irá avançar para uma aquisição só para ganhar quota de mercado.



Mark Bourke
O CEO lidera o banco que pode vir a mexer com o mercado bancário em Portugal. A Caixa Geral de Depósitos já se posicionou para uma aquisição, mas o próprio BCP poderá vir a estar na corrida.





Clara Raposo
A número dois do Banco de Portugal foi nomeada para administradora não executiva do BCP, num mandato previsto até 2025, mas acabou por não o cumprir para ir para o supervisor.

Margarida Matos Rosa
O caso do "cartel da banca", desencadeado pela Autoridade da Concorrência, aguarda uma decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE).

Continuação da pág. 5

ou 30% dos lucros. E o gestor não quer ficar por aí, tendo já indicado que pretende propor à assembleia geral que o "payout" suba para 50% nos próximos anos. "Para 2024, 2025, 2026. O que queremos é uma instituição rentável, prudente, bem capitalizada. Aquilo que já disse ao mercado e reafirmo é que o BCP tem todas as condições para, a partir deste ano, poder ter um 'payout' não inferior a 50%", afirmou em entrevista ao Negócios, em junho.

No mês anterior tinha já dito que "a forma de proteger o banco é remunerar os acionistas", com quem viveu tempos conturbados. Outra vez – algo que não é desconhecido do CEO.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas, entrou em 1990 no Banco Português do Atlântico (BPA), que acabaria por ser absorvido pelo BCP – tendo o lisboeta participado na integração. Foi subindo ao longo dos anos, com passagens por Barcelona e, mais tarde, Angola e Moçambique. Em 2009, quando assume a presidência da administração do ActivoBank, entra pela primeira vez, como vogal, para o conselho de administração executivo do BCP.

Por essa altura já se vivia uma guerra acionista que acabaria por ser das maiores de que há memória nos mercados financeiros. A cisão entre dois grupos de acionistas que apoiavam, por um lado, Jardim Gonçalves e, por outro, Paulo Teixeira Pinto (com o apoio do chamado "grupo dos sete") culminaram na saída de ambos da instituição. BPI e Sabadell também viriam a vender as suas participações e é o capital estrangeiro que ganha peso.

Em dezembro de 2007, o BCP e a Sonangol assinaram uma parceria que abriu a porta à entrada da petrolífera estatal angolana no capital do banco português – atualmente detém 19,49%. À frente está apenas a Fosun, que entrou em 2016 e foi reforçando até aos 29,95% que detinha até há pouco mais de um ano. Entre 13 de novembro de 2023 e 9 de janeiro de 2024 vendeu 4,31% e, mais tarde, outros 5,6%.

Miguel Maya não fecha a porta a aquisições, mas afirma que não será para ganhar quota de mercado. Diz que a concorrência está lá fora.

Ficou claro que a alienação foi necessária para dar resposta às necessidades de liquidez do grupo chinês. Algumas fontes de mercados chegaram mesmo a admitir que os restantes 20,03% poderiam também ser vendidos, especialmente tendo em conta a valorização do banco em bolsa. Com cada ação a negociar em torno dos 40 cêntimos, a capitalização está acima dos seis mil milhões de euros – o valor mais elevado em oito anos. Só este ano já ganhou mais de 45%.

Calma na turbulência

Mas uma redução ainda maior da Fosun, que deixaria os angolanos como maiores acionistas, levanta também dúvidas sobre a permanência da Sonangol. Ainda em fevereiro, o presidente executivo da petrolífera, Sebastião Martins, afirmou que havia "muita pressão" e "interesse" para vender a posição no BCP, mas não tencionava fazê-lo.

"Ouço há muitos anos que a Sonangol ia sair e a Sonangol permanece firme e tem dado um apoio muito grande ao banco. A Fosun retirou a sua participação para 20%, que é uma versão muito relevante", afirmou, à Lusa, Miguel Maya em maio. Mais tarde, admitia que mais capital ficasse disperso. "Temos todas as condições para ter maior 'free float', como na maioria dos grandes bancos europeus, estamos atualmente com 60% de 'free float' e vários dos grandes bancos têm mais de 90%. É o caminho natural de um banco que tem a solidez do BCP", assegurou.

Ponderado, dedicado e focado, como é descrito por quem o conhece, o líder do maior banco privado no país tem assim navegado períodos de turbulência na relação com os acionistas, enquanto recupera a confiança dos investidores. É com a mesma calma que encara o tema das possíveis aquisições. Disse ver "com tranquilidade" o posicionamento da concorrente Caixa Geral de Depósitos numa eventual corrida ao Novo Banco e garantiu que "nunca o BCP fará uma proposta de consolidação apenas tendo como perspetiva aumentar a quota de mercado".

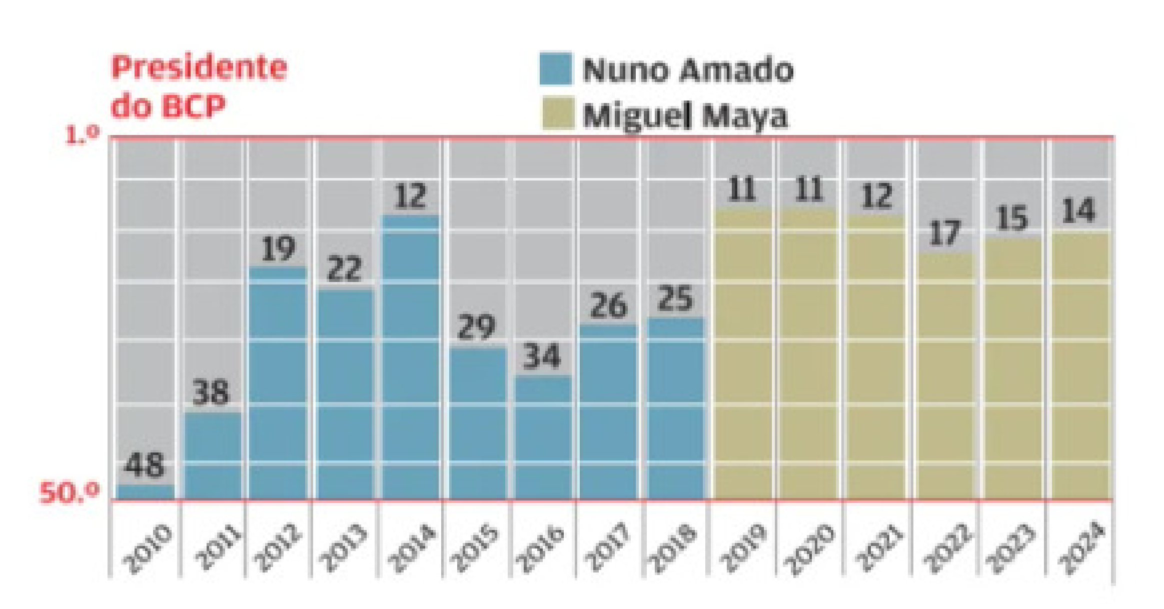
Tanto a nível nacional como internacional, Miguel Maya tem ainda de lidar com questões judiciais. Por um lado, as instituições financeiras portuguesas aguardam a decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia sobre o caso que ficou conhecido como "cartel da banca". Por outro, o polaco Bank Millennium – que é detido em 50,1% pelo BCP e que concluiu recentemente com sucesso o seu plano de recuperação iniciado há dois anos – ainda lida com o legado dos créditos em francos suíços, que teimam em pesar nas contas.

É, aliás, para fora que Miguel Maya olha quando pensa no futuro. "Os meus concorrentes são os da união bancária. E nessa matéria, a minha principal preocupação não é se a Caixa vai ter quota maior ou menor ou se vai comprar A, B ou C. É que Portugal me dê as condições ou que não me crie fardos que me impossibilitem de concorrer com os mesmos argumentos naquilo que considero o mercado natural, que é o mercado da união bancária", afirmou, na mesma entrevista ao Negócios. ■

CEO SOBE PELO SEGUNDO ANO

Evolução no "ranking" de Os Mais Poderosos

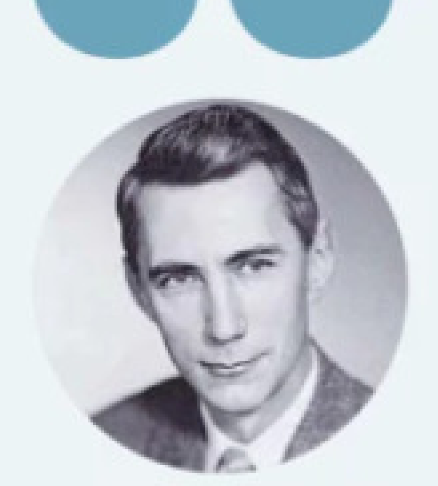
Miguel Maya entrou no "ranking" em 2019 após ter substituído Nuno Amado no cargo de CEO do BCP. 2024 é o segundo ano consecutivo de subida na tabela.



Fonte: Negócios



O ADMIRÁVEL MUNDO DA IA



CLAUDE SHANNON
Matemático

Visualizo um tempo em que seremos para os robôs o que os cães são para os humanos, e estou a fazer claque pelas máquinas.

"O Poder de Fazer Acontecer", a conferência anual do Negócios realizada no âmbito de Os Mais Poderosos, será dedicada ao tema da inteligência artificial.

CRITÉRIOS

O "ranking" dos Mais Poderosos da economia portuguesa foi estabelecido com base em cinco grandes critérios – poder da fortuna, poder financeiro, influência política, influência mediática e perenidade, sendo que cada individualidade foi pontuada de 1 a 5 em cada um deles. A partir da soma ponderada das pontuações o Negócios fixa a tabela final dos 50 Mais Poderosos.

O PODER DA FORTUNA
O "poder da fortuna" avalia a riqueza levando em conta também as dívidas, ou seja, releva a situação líquida (ativos e passivos).

O PODER FINANCEIRO
No poder financeiro olha-se para o poder através das empresas em que, direta ou indiretamente, se tem influência como acionista ou como gestor. As empresas são mais ou menos relevantes em função da sua dimensão, do seu setor e das redes que estabelecem e o impacto que têm noutras.

A INFLUÊNCIA POLÍTICA
É medido, neste critério, o poder de influenciar ou de participar em decisões políticas – seja do poder executivo, legislativo ou partidário – com impacto decisivo na economia, nas empresas, nos negócios e na Administração Pública.

A INFLUÊNCIA MEDIÁTICA
Olha para o poder de condicionar a agenda mediática, através da audiência, capacidade de influenciar a comunicação social ou de mobilização de meios.

PERENIDADE
Neste ponto evidencia-se a temporalidade do poder que pode ser mais perene e independente de ciclos, sejam eles políticos, económicos ou da vida empresarial.

#13 António Rios Amorim



Não está a ser um ano nada fácil para a Corticeira Amorim, com quebra nas vendas e nos lucros. Depois da morte do seu pai, há pouco mais de três meses, Rios Amorim anunciou uma profunda reestruturação dos problemáticos negócios "não rolha" e assumiu que a líder mundial do setor "atravessa um período pós-covid difícil". Mas a cortiça não afunda – flutua. O timoneiro está já "a preparar a empresa para a retoma do mercado".

BILHETE DE IDENTIDADE

- **Cargos:** Presidente da Corticeira Amorim e da COTEC Portugal.
- **Naturalidade:** Nasceu a 15 de agosto de 1967, em Santa Maria de Lamas.
- **Formação:** Diplomado em Comércio pela Faculdade de Comércio e Ciências Sociais da Universidade de Birmingham, concluiu pós-graduação em Gestão de Empresas no INSEAD, Columbia e Stanford.

OS MAIS PODEROSOS **2024**



PORQUE SOBE

A Corticeira Amorim continua a ser fortemente impactada pela redução da atividade do setor vitivinícola mundial, que fez a empresa recuar da mítica cifra dos mil milhões de euros de faturação conseguida em 2022. As vendas e os lucros baixam, mais eis que o seu presidente sobe uma posição neste "ranking": porque Rios Amorim é como a cortiça – não afunda. Promete resistir e dar a volta por cima. Líder incontestado da maior corticeira mundial, é considerado um dos melhores gestores portugueses.

TABELA DE CRITÉRIOS

Critério	Estrelas
Poder da fortuna	★★★★☆
Rede empresarial	★★★★★
Influência política	★★★★☆
Influência mediática	★★★☆☆
Perenidade	★★★★★

RUI NEVES
ruineves@negocios.pt
DIANA RAMOS
dianaramos@negocios.pt

Desde que entrou na bolsa, em 1988, apenas por uma vez a Corticeira Amorim registou prejuízos – foi em 2001, ano em que o carismático tio Américo lhe cedeu a liderança da empresa. António Rios Amorim tinha, na altura, 33 anos, a idade de Cristo quando foi crucificado.

A empresa vivia dias muito difíceis. "Lembro-me bem desses conturbados tempos, marcados pela batalha das rolhas de cortiça face à progressiva concorrência dos vedantes artificiais (sintéticos e metálicos)", recordava Rios Amorim, há dois anos, em declarações ao Negócios.

Com a indústria da cortiça ameaçada de morte, a empresa chegou mesmo a ponderar render-se aos inimigos, mas acabou por focar-se na sua atividade funcional e reinventar o negócio. O novo líder viria a ganhar a guerra contra os vedantes de alumínio e plástico, consolidando o estatuto da Amorim como o maior grupo de transformação de cortiça do mundo, somando robustos lucros e vendas.

Um crescimento fulgurante que não foi feito apenas por via orgânica, mas também através de uma política agressiva de aquisições, sobretudo internacionais, apresentando um vasto historial de compra de empresas em Portugal, Espanha, França, Alemanha, Itália e até na República Checa (atual Chéquia).

Compra suíça VMD e abre mais duas fábricas

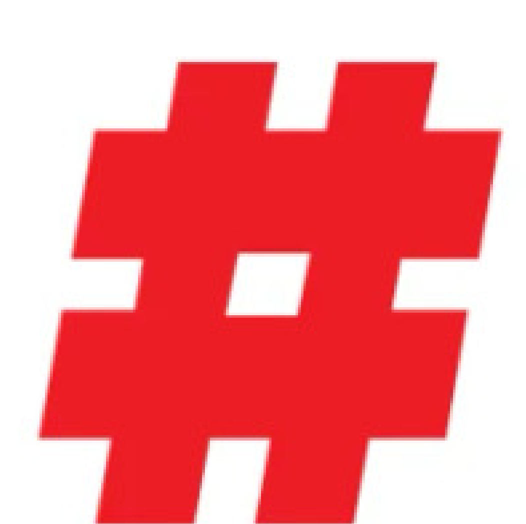
A última aquisição internacional aconteceu precisamente em agosto passado, tendo desembolsado cerca de 12 milhões de euros pela compra de 55% da suíça VMD, que desenvolve a sua atividade nas áreas da produção e comercialização de rolhas, cápsulas, produtos enológicos, barricas e equipamentos para adegas no setor vitivinícola, tendo fechado 2022 com uma faturação de 19,8 milhões de francos suíços (20,8 milhões de euros).

Dois meses depois, a Corticeira Amorim inaugurava mais duas fábricas – em Mozelos, onde está sediada –, uma das quais em parceria com a vizinha J. C. Ribeiro e dedicada à produ-

Fundada em 1870, a Corticeira Amorim emprega cerca de cinco mil pessoas, exporta para mais de 100 países e conta com 30 mil clientes.

Continua na pág. 11

OS MAIS PODEROSOS **2024**



13 ANTÓNIO RIOS AMORIM

Considerado um dos melhores gestores portugueses, a fonte de poder de Rios Amorim está na força de liderar o maior grupo corticeiro do mundo.

TEIA DE INFLUÊNCIA

Jorge Portugal
Há mais de oito anos que se mantém no cargo de diretor-geral da COTEC Portugal, associação empresarial para a inovação que é presidida, desde maio de 2022, por António Rios Amorim.

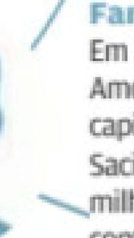
Carlos Mota Santos
O (portista) CEO da Mota-Engil e António Rios Amorim (benfiquista) conhecem-se há muitos anos da cidade do Porto, estando agora ambos envolvidos na Business Roundtable Portugal.



Carlos Moreira da Silva
Lidera a Business Roundtable Portugal – que integra 43 empresas, entre as quais a Corticeira Amorim –, associação que defende "uma nova ambição de crescimento para Portugal".



Família Guetto
Em 2022, a Corticeira Amorim adquiriu 50% do capital social da italiana Saci, por cerca de 48,7 milhões de euros, continuando os restantes 50% nas mãos da família Guetto.



Luísa Amorim
A filha mais velha do falecido Américo Amorim lidera o negócio dos vinhos do grupo e ocupa a única vice-presidência da Corticeira Amorim, que é presidida pelo seu primo e amigo António.



Cristina Rios Amorim
A nova vice-presidente do BPI é irmã e amiga de António e sua colega na administração da Corticeira Amorim, onde assume o cargo de CFO da líder mundial do setor da cortiça.



Vanessa Druz
A Corticeira Amorim adquiriu, em agosto passado, 55% do grupo suíço VMD, até então controlado por Vanessa Druz, que representa a quarta geração da empresa familiar.





Pedro Rosas Oliveira
O CEO do grupo NewCoffee (que tem marcas como a Caféeira, Sanzala, Caffècel, Bogani, Lavazza e Novo Dia) é amigo de longa data do presidente da Corticeira Amorim.

Pedro Violas
Dragão de Ouro e Sócio do Ano do FC Porto em 2023, o CEO da Cotesi (líder mundial na produção de fios e cordas) é amigo do benfiquista António Rios Amorim.



Paulo Fernandes
Fundador de grupos como a Altri, a Ramada e a Cofina, sendo acionista da Medialivre (dona do Negócios), Paulo Fernandes é amigo de longa data de António Rios Amorim.



Diego Benjumea
O líder da Corticeira Amorim integra o International Advisory Board da prestigiada IE Business School, que está sediada em Madrid e tem Diego Alcazar Benjumea como CEO.



Paula Amorim
Prima e amiga de António, foi a primeira presidente do Grupo Américo Amorim após a morte do empresário, que tinha cedido a liderança da Corticeira ao sobrinho em março de 2001.

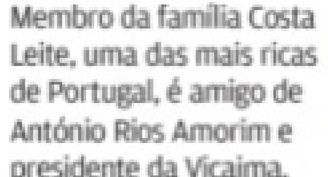
Nuno Barroca
O marido de Marta Amorim, que lidera a "holding" de topo da família mais rica de Portugal, ocupa uma cadeira no conselho de administração da Corticeira Amorim.

Marta Amorim
A presidente da "holding" de topo da família mais rica de Portugal, que controla a líder mundial da cortiça a meias com o ramo Rios Amorim, é prima e amiga de António.





Arlindo Costa Leite
Membro da família Costa Leite, uma das mais ricas de Portugal, é amigo de António Rios Amorim e presidente da Vicaima, um dos maiores fabricantes europeus de portas de interior.



Pedro Baptista
Cunhado e amigo de António Rios Amorim, é desde julho do ano passado "head of latin american equities research" da Jefferies, após ter trabalhado 12 anos na Nau Securities.

Julia Aznar
António Rios Amorim integra o "advisory board" ibérico do banco de investimento neerlandês Rabobank, filial liderada por Julia Aznar Echevarría a partir de Madrid.

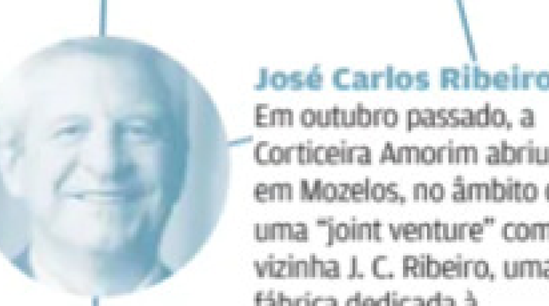




António Lopes Seabra
O antigo presidente da Continental Mabor integra, há já mais de três anos, o conselho de administração da Corticeira Amorim, onde preside à Comissão de Riscos.



José Carlos Ribeiro
Em outubro passado, a Corticeira Amorim abriu, em Mozelos, no âmbito de uma "joint venture" com a vizinha J. C. Ribeiro, uma fábrica dedicada à produção de cápsulas de madeira para rolhas.



Rui Paulo Rodrigues
O CEO do grupo oliveirense Simoldes, um colosso industrial fundado pelo seu pai, faz parte do grupo de amigos do líder do maior grupo de transformação de cortiça do mundo.

Continuação da pág. 9

Após ter recuado em 2023 da mítica cifra dos 1.000 milhões de faturação atingida no ano anterior, continua com vendas e lucros em queda.

ção de cápsulas de madeira para rolhas. Com esta dupla industrial, a líder mundial do setor passa contar com 32 fábricas, das quais 20 em Portugal.

Mas eis que, fechadas as contas de 2023, a Corticeira comunicou ao mercado que, depois de ter superado a mítica marca dos mil milhões de euros de volume de negócios no ano anterior, a empresa tinha faturado no último exercício menos 36 milhões de euros, com os lucros a caírem perto de 10% para 88,9 milhões de euros. Uma evolução que fez soar as campainhas para tempos difíceis.

A 29 de julho, a Corticeira Amorim anunciou que a evolução da sua performance económico-financeira tinha piorado nos primeiros seis meses deste ano, com quebras homólogas dos lucros de 29%, para 51,36 milhões de euros, e de 7,1% das vendas para 500,7 milhões.

Fusão das áreas "não rolha"

Adicionalmente, detalhou a decisão estratégica tomada em relação às áreas "não rolha", onde está a empreender uma autêntica revolução. Na sequência do profundo processo de reestruturação da Amorim Cork Flooring – unidade de negócio que, nos últimos anos, tem apresentado prejuízos que se agravaram nos primeiros meses de 2024 –, o grupo avançou, rapidamente e em força, com um novo modelo organizativo.

Em janeiro próximo, vai surgir a Amorim Cork Solutions, que agregará a Amorim Cork Flooring, a Amorim Cork Composites e a Amorim Insulation. João Pedro Azevedo, o atual CEO da Amorim Cork Composites, acumulará as funções de presidente executivo da Amorim Cork Flooring e será o CEO da Amorim Cork Solutions.

"Acreditamos que esta nova unidade de negócio conduzirá a uma gestão mais eficiente das operações 'não rolha' e potenciará sinergias industriais, comerciais e de suporte, decorrentes da partilha de meios e recursos, bem como a otimização da capacidade produtiva instalada e das tecnologias", preconiza António Rios Amorim.

"Período pós-covid difícil"

Entretanto, no passado dia 12, em declarações ao Negócios, o presidente da Corticeira Amorim explicou o que se passa na área da rolha. Trata-se de um negócio que vale quase 80% das suas vendas – com exportações de 93% do total – e que está a ser fortemente impactado pela diminuição do consumo mundial de vinho, numa produção global em 2023 que representou o nível mais baixo desde 1961.

"A situação global do setor vitivinícola tem um impacto significativo no negócio das rolhas da Corticeira Amorim", começou por frisar o presidente da empresa. "Estamos a atravessar um período pós-covid difícil", reconheceu, sinalizando a "redução generalizada praticamente em todos os países, reflexo de um menor consumo".

Mas disse acreditar "numa recuperação deste setor em 2025", pelo que considera que "este é um momento muito importante para explorar oportunidades, fortalecer a nossa oferta de produtos e preparar a empresa para a retoma do mercado".

E que "existem também grandes desafios nas áreas 'não rolha'", onde a Corticeira Amorim deverá continuar "a apostar em inovação, novas tecnologias e desenvolvimento de novas aplicações de cortiça", prometeu António Rios Amorim. O seu pai, António Ferreira de Amorim, o último dos quatro irmãos que assumiram o controlo das empresa nos anos 50 do século passado, morreu em maio passado.

"Paixão pela natureza" distinguida pela ONU

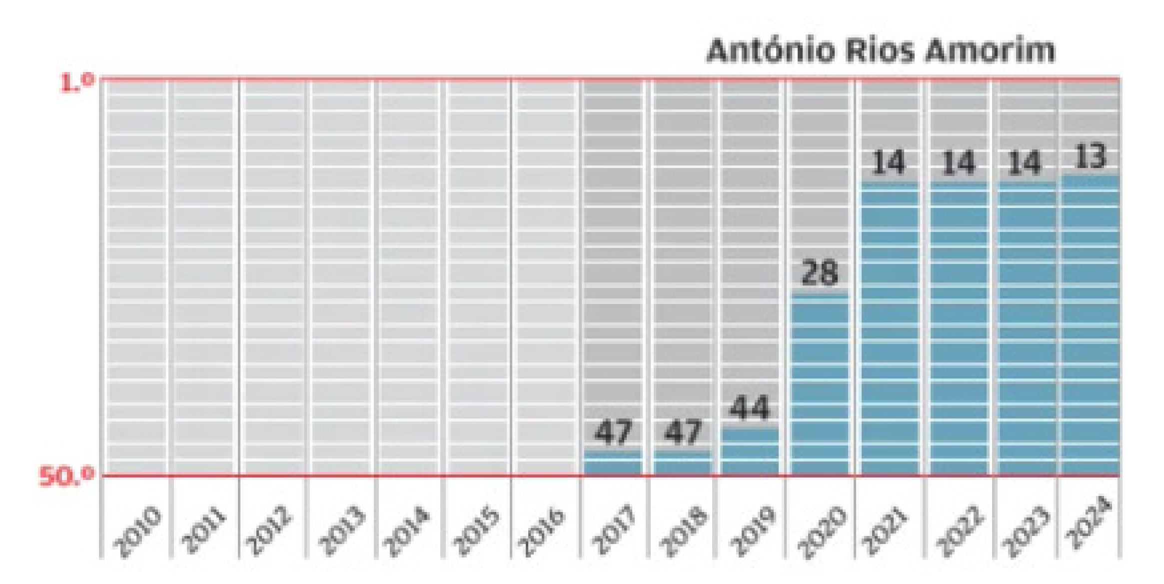
Para finalizar, duas notas positivas: a revista World Finance destacou a Corticeira Amorim como a "Empresa Mais Sustentável na Indústria dos Vinhos 2024", e o seu líder foi eleito "SDG Pioneer 2024", na categoria "Grandes Empresas", em reconhecimento da sua dedicação, inovação e liderança na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Uma distinção atribuída pela United Nations Global Compact Network Portugal, cuja diretora executiva considerou que "António Rios Amorim destaca-se como um visionário na área da sustentabilidade, liderando iniciativas inovadoras que demonstram a sua paixão pela natureza". ■

MELHOR CLASSIFICAÇÃO DE SEMPRE

Evolução no "ranking" de Os Mais Poderosos

Partiu da cauda do pelotão dos Mais Poderosos, tendo galgado 30 lugares em tempos de crise pandémica para se fixar no 14.º lugar durante três anos, chegando agora à 13.ª posição.



Fonte: Negócios

> **A situação global do setor vitivinícola tem um impacto significativo no negócio das rolhas da Corticeira Amorim. Estamos a atravessar um período pós-covid difícil.**
>
> **ANTÓNIO RIOS AMORIM**
> Presidente da Corticeira Amorim



O ADMIRÁVEL MUNDO DA IA



GEOFFREY HINTON
Cientista

> **Cheguei à conclusão de que o tipo de inteligência que estamos a desenvolver é muito diferente da inteligência que temos.**

"O Poder de Fazer Acontecer", a conferência anual do Negócios realizada no âmbito de Os Mais Poderosos, será dedicada ao tema da inteligência artificial.

CLASSIFICAÇÃO 2024

1.º	
2.º	
3.º	
4.º	
5.º	
6.º	
7.º	
8.º	
9.º	
10.º	
11.º	
12.º	
13.º	António Rios Amorim
14.º	Miguel Maya
15.º	Paulo Fernandes
16.º	Mário Centeno
17.º	Pedro Castro e Almeida
18.º	Giorgia Melloni
19.º	Olaf Scholz
20.º	Salvador de Mello
21.º	Emmanuel Macron
22.º	Fernando Campos Nunes
23.º	Dionísio Pestana
24.º	João Lourenço
25.º	José Luís Arnaut
26.º	Carlos Mota dos Santos
27.º	Luís Marques Mendes
28.º	João Pedro O. Costa
29.º	Pires de Lima
30.º	Miguel Almeida
31.º	Carlos Tavares
32.º	Ana Figueiredo
33.º	Vladimir Putin
34.º	Sam Altman
35.º	Luís Amaral
36.º	António Portela
37.º	Pinto Balsemão
38.º	António Horta Osório
39.º	João Vieira de Almeida
40.º	Rui Miguel Nabeiro
41.º	Pedro Reis
42.º	Ricardo Pires
43.º	José Teixeira
44.º	Leonor Beleza
45.º	Nuno Sebastião
46.º	Joaquim Miranda Sarmento
47.º	José Cardoso Botelho
48.º	Luís Laginha de Sousa
49.º	Carlos Moedas
50.º	Paulo Rangel

SEGURANÇA SOCIAL

Fundo de Estabilização já cobre dois anos de pensões

"Almofada" das pensões atingiu 34,7 mil milhões de euros, cobrindo pela primeira vez as despesas com pensões de dois anos, segundo o Governo. Cumpre-se um objetivo emblemático, mas com que consequências? Lei admite parar pelo menos com algumas transferências. Executivo diz que o Fundo vai "continuar a ajustar a sua estratégia".

CATARINA ALMEIDA PEREIRA
catarinapereira@negocios.pt



Pedro Catarino

As projeções oficiais sobre sustentabilidade admitem que o recurso ao fundo comece a ser necessário em meados da próxima década.

O Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS), a "almofada" criada para financiar o sistema de pensões quando este entrar em défice – previsivelmente a partir de meados da próxima década – atingiu em julho, pela primeira vez, um valor capaz de pagar "pelo menos" dois anos de pensões, segundo o Governo. Surge a dúvida de saber se acaba a obrigatoriedade de fazer algumas ou todas as transferências, já que os diferentes instrumentos legislativos admitem várias interpretações, como explica num artigo recente o Conselho das Finanças Públicas (CFP). Embora se admitam várias hipóteses, ninguém tem, para já, uma posição fechada.

Criado em 1989 em parte "a partir de receitas fiscais de transição para o novo sistema tributário do IRS", como refere o decreto do Governo de Cavaco Silva, o Fundo teve nos últimos anos uma evolução expressiva, em parte devido à transferência de saldos positivos do sistema previdencial da Segurança Social, numa conjuntura marcada por mais emprego e contribuições. De acordo com as sínteses mensais sobre o FEFSS, que têm como critério a despesa com pensões do ano anterior, no final de 2022 o Fundo cobria pouco mais de 17 meses de pensões; no final de 2023, 22 meses e meio. Mas depois de um novo conjunto de transferências superiores a 3,5 mil milhões de euros já este ano, em junho estava próximo da meta, que acabou por atingir em julho, segundo confirma o Governo em resposta ao Negócios.

Com uma apreciação de 800 milhões de euros de junho para julho, mês em que apresentou uma rentabilidade homóloga de 8,21%, e em que as transferências "foram marginais", o valor da carteira ascendeu no final de julho a 34,675 milhões de euros, "correspondendo à despesa, em 2023, com 24.04 meses de pensões do regime contributivo", diz fonte oficial do Ministério da Segurança Social (MTSSS).

Assim, "em julho de 2024, pela primeira vez, o FEFSS dá cumprimento ao estabelecido no Artigo 91.º da Lei de Bases da Segurança Social, assegurando a cobertura das despesas previsíveis com pensões por um período mínimo de dois anos", conclui o Governo.

Ao longo do ano, nas sínteses mensais, o Instituto que gere o Fundo faz as contas com base na despesa de pensões do ano anterior (2023). Só depois do final do ano se saberá se a valorização conseguida até dezembro é suficiente para cobrir dois anos da despesa de 2024 (critério seguido nos relatórios anuais).

Um marco histórico, mas com que consequências?

Porquê dois anos e não três? Paulo Pedroso, que foi secretário de Estado do Emprego antes de ser ministro do Trabalho e da Solidariedade Social no segundo Governo de António Guterres, é uma das poucas pessoas que explica de onde vem o objetivo que já surge na Lei de Bases de 2000. A meta de dois anos "era uma recomendação técnica da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que defendia a criação deste tipo de fundos, para aumento da resiliência face a choques macroeconómicos", descreve.

Chegar aos dois anos "quer dizer que fixámos um objetivo estratégico e o atingimos em pouco mais de vinte anos", refere o ex-ministro da Segurança Social José Vieira da Silva, em resposta ao Negócios. Um marco histórico ou simbólico, mas com que consequências?

Tal como explica numa publicação recente sobre o FEFSS, o Conselho das Finanças Públicas, a expressão sobre o período mínimo de dois anos "é utilizada com sentidos diferentes na legislação e na regulamentação aplicáveis, chegando-se mesmo a resultados algo incongruentes".

A Lei de Bases da Segurança Social determina que reverte para o FEFSS a receita de dois a quatro pontos percentuais da quotização

34,7

VALOR DA CARTEIRA
A carteira do Fundo de Estabilização valia no final de julho 34.675 milhões de euros.

Governo diz que vai continuar a “ajustar a estratégia” do Fundo

Quando perguntou ao Governo se o objetivo dos dois anos já tinha sido alcançado, e admitindo que tal estivesse para breve, o Negócios também quis saber que consequências retira o Executivo. Muda alguma coisa na gestão do sistema previdencial? E na gestão do Fundo de Estabilização (FEFSS), cujos limites mínimos (de 50% em dívida pública portuguesa) têm sido questionados? Fonte oficial respondeu, sem mais detalhes, que o Ministério da Segurança Social (MTSSS) “assegura que o FEFSS continuará a monitorizar atentamente o mercado e a ajustar a sua estratégia para garantir a solidez financeira deste fundo, o que contribui para a estabilidade do sistema”.

do trabalhador “até que aquele fundo assegure a cobertura das despesas previsíveis com pensões, por um período mínimo de dois anos”, transferência que pode ser afastada em condições orçamentais “adversas”. Só que, depois, acrescenta que também revertem para o fundo os saldos anuais do sistema previdencial (apurados no final do ano) e outras receitas de venda de património ou ganhos de aplicações financeiras, neste caso sem qualquer meta.

O decreto-lei que estabelece o financiamento do sistema de Segurança Social, de 2007, diz por seu lado que nos termos da lei de bases o sistema “deve garantir, através de reservas acumuladas no Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social, um montante equivalente ao pagamento de pensões aos beneficiários por um período mínimo de dois anos”. E o regulamento do Fundo também fala em transferências (em geral) para o FEFSS “até que este assegure a cobertura das despesas previsíveis com pensões por um período mínimo de dois anos”.

O documento assinado por Nazaré Costa Cabral e Noémia Goulart conclui, assim, que “resultam vários sentidos possíveis a dar à expressão em causa”. O primeiro, que parece decorrer da lei de bases, é o de que apenas o financiamento via quotizações dos trabalhadores seja obrigatório até ser atingida a meta; o segundo, que resulta do regulamento do FEFSS, que a expressão traduza “uma exigência e meta temporal para o financiamento geral do FEFSS”, incluindo quanto às outras fontes de financiamento, o que poria fim à obrigatoriedade de o alimentar. E o terceiro, que a meta traduza uma dimensão financeira desejável. Embora admitam que a lei de bases tenha um valor reforçado, as autoras consideram que se impõe uma clarificação da lei, tanto neste aspeto como nas condições de recurso ao fundo, que também permitem grande discricionariedade.

Acresce que, como reconhece Manuel Baganha, que esteve à frente do Instituto que gere o FEFSS entre 2006 e 2021, “raros foram os anos em que se verificou transferências associadas às quotizações dos trabalhadores”, que são aquelas cuja obrigatoriedade, na lógica da lei de bases, agora cessaria. Até 2022, pelo menos, a consignação de receita de quotizações só foi efetuada “como é suposto” durante cinco anos: entre 2002 e 2003 e entre 2007 e 2009, precisa o estudo do CFP. O próprio ritmo das transferências de saldos tem levantado muitas dúvidas. “Sabemos perfeitamente que as transferências de saldo não são transparentes, como tem assinalado várias vezes o Tribunal de Contas”, diz Manuel Baganha.

Apostar no reforço do fundo ou ou reforçar as prestações?

Cumprido o objetivo, “a questão que se coloca é: o objetivo dois anos é algo que apenas é relevante para efeitos das transferências dos dois pontos percentuais das quotizações dos trabalhadores ou em relação a todas as transferências para o FEFSS?”, resume o ex-presidente do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social (IGFCSS). “Diria que é um falso problema. Primeiro porque a lei fala de mínimo. Depois, se não houver transferência dos trabalhadores é maior a transferência de saldo”. Manuel Baganha volta a sugerir que se repensem as regras de investimento, incluindo o limite mínimo de 50% em dívida pública portuguesa.

Também José Vieira da Silva, ex-ministro de António Costa e José Sócrates, destaca como relevante a expressão “no mínimo dois anos”. Até porque para que mantenha o cumprimento da meta o valor exigido será crescente. Nesse sentido, “há sempre a opção bem fundamentada de continuar a fazer crescer o excedente” e as transferências. “No meu entendimento não há nenhum quadro que permita uma utilização alternativa dos excedentes”.

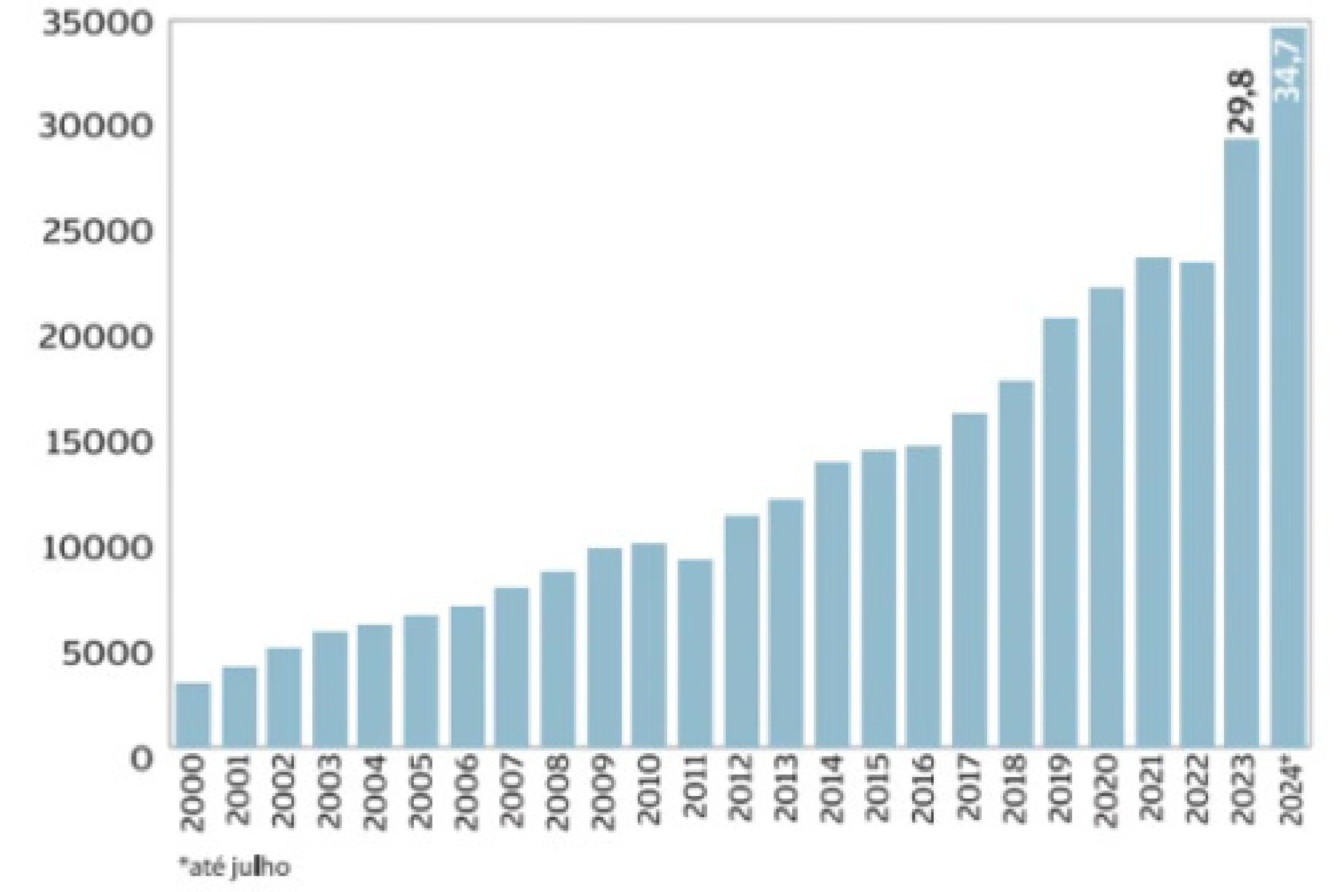
“Como estávamos longe dos dois anos nunca se regulou em que situações é que pode ir ao FEFSS para aplicar o dinheiro de outra forma. Isso, a acontecer, deve ser através de um processo legislativo bem fundamentado. Pode haver alternativas sempre dentro do reforço do sistema previdencial. Por exemplo, corrigindo a fórmula de cálculo das pensões ou intensificando os critérios de progressividade”. Outra opção seria criar “uma nova eventualidade” dez anos após a reforma (aos 76 anos) que reforce as pensões tendo em conta o “acréscimo de despesa” nessa fase da vida.

“Chegados aos dois anos não sabemos o que fazer, devemos refletir”, começa por dizer Paulo Pedroso. “É o momento do Governo discutir se, precisando do Fundo dentro de uma década, será ou não prudente parar as transferências. Na minha opinião o Governo cumpre a lei de bases mesmo que não transfira nada”, gerando novo excedente ou aplicando-o a favor dos beneficiários. “Esse debate deve ser lançado”. ■

VALOR CRESCE 11 MIL MILHÕES EM ANO E MEIO

Evolução do valor da carteira do FEFSS no final de cada ano, em milhares de milhões de euros

A valorização da carteira do FEFSS foi particularmente rápida nos últimos anos, em grande parte devido às avultadas transferências. Em pouco mais de um ano e meio passou de 23 mil milhões para 34,7 mil milhões. Até 2022, a gestão da ativos explica cerca de um terço da valorização do Fundo.

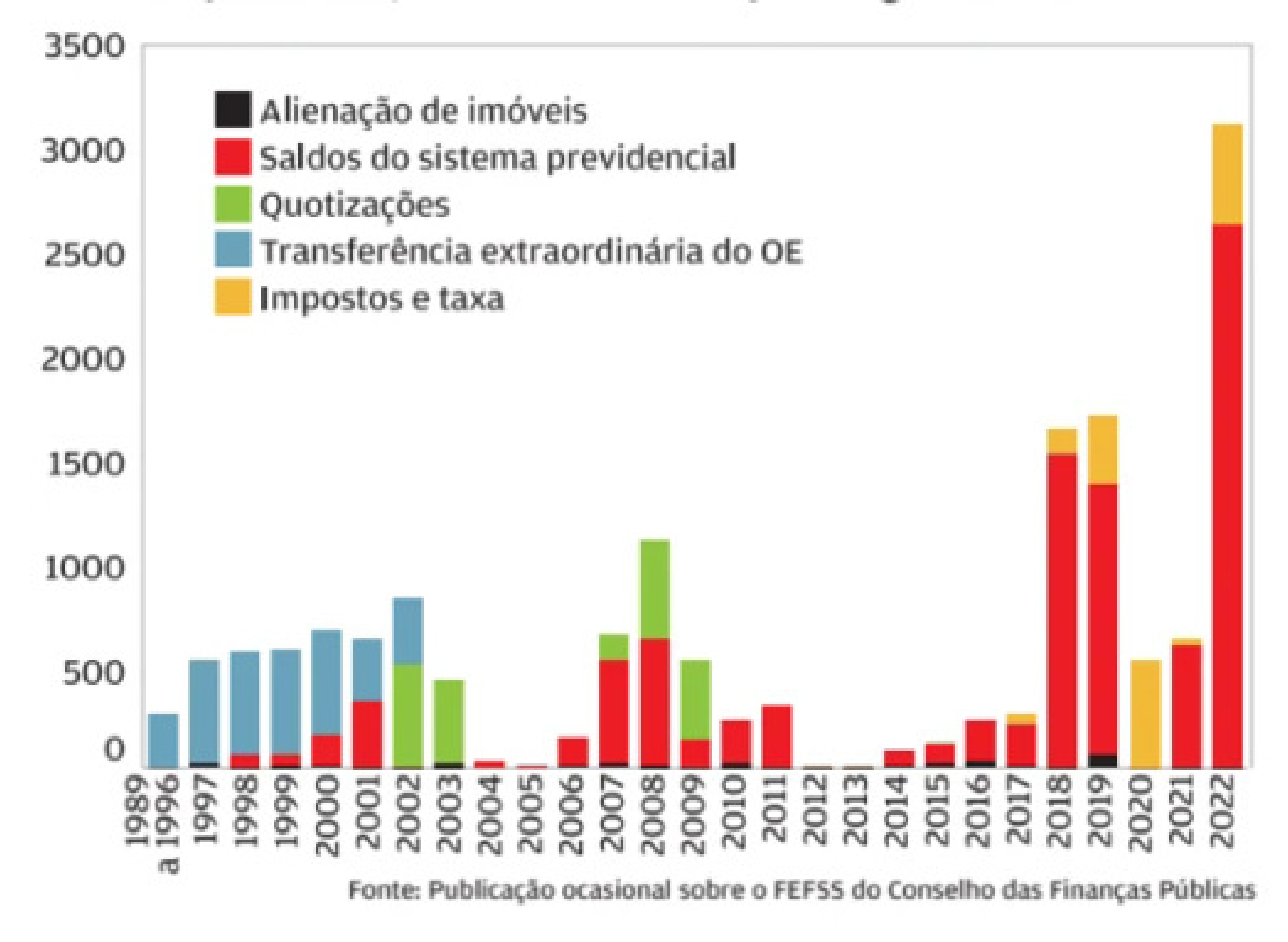


Fonte: Relatórios do FEFSS, Tribunal de Contas e MTSSS (para 2023 e julho de 2024)

TRANSFERÊNCIA DE QUOTIZAÇÕES FOI EXCEÇÃO

Evolução das receitas afetas ao Fundo de Estabilização (FEFSS), em milhares de milhões de euros

A lei prevê a transferência ao longo do ano de uma parte das quotizações dos trabalhadores, o que até 2022 só aconteceu cinco vezes, apesar de só agora se atingir o objetivo de cobrir dois anos de pensões. A transferência de saldos pesou mais, embora a um ritmo que tem gerado dúvidas.



Fonte: Publicação ocasional sobre o FEFSS do Conselho das Finanças Públicas



A expressão é usada com sentidos diferentes na legislação. [...] Parece justificar-se uma melhor concretização do sentido a dar à expressão ‘por um período mínimo de dois anos de pensões’.

CFP
Publicação de Nazaré da Costa Cabral e Noémia Goulart

O que diz é ‘no mínimo dois anos’. No meu entendimento não há nenhum quadro que permita uma utilização alternativa dos excedentes.

JOSÉ VIEIRA DA SILVA
Ex-ministro do Trabalho

Chegados aos dois anos, devemos refletir. Na minha opinião, o Governo cumpre a Lei de Bases mesmo que não transfira nada.

PAULO PEDROSO
Ex-ministro da Solidariedade e da Segurança Social

É um falso problema: a lei fala de mínimo. Se não houver uma transferência das quotizações o saldo aumenta.

MANUEL BAGANHA
Ex-presidente do IGFCSS

O FEFSS continuará a monitorizar atentamente o mercado e a ajustar a sua estratégia para garantir a solidez financeira deste fundo.

MTSSS
Fonte oficial



ECONOMIA

CONJUNTURA

Mesmo sem vistos gold, investimento estrangeiro no imobiliário resiste

Valor transferido por investidores estrangeiros para o setor imobiliário português voltou a aumentar, após dois trimestres de abrandamento devido ao fim dos vistos gold na compra de casas. Investimento atingiu o quarto maior valor de sempre.

JOANA ALMEIDA
joanaalmeida@negocios.pt

Desde o fim dos vistos gold, o investimento direto estrangeiro (IDE) no imobiliário estava a abrandar, mas o ciclo inverteu-se no segundo trimestre deste ano. Os dados do Banco de Portugal, atualizados esta semana, revelam que, entre abril e junho, as transações de IDE no imobiliário português retomaram fôlego, atingindo um dos valores mais elevados de sempre.

Segundo o Banco de Portugal (BdP), as transações de IDE no imobiliário português aumentaram, no segundo trimestre, para 892,8 milhões de euros, o que corresponde a uma subida de 30% face aos primeiros três meses do ano. Este é o quarto valor mais elevado desde que há registo (desde o início de 2008), depois de o valor das transferências de investidores estrangeiros no setor ter atingido um recorde no terceiro trimestre de 2023, o último trimestre completo até ao fim do acesso a autorizações de residência por investimento – ou vistos gold – por via da aquisição de imóveis.

A medida fez parte do pacote Mais Habitação apresentado pelo anterior Executivo de António Costa e que entrou em vigor em outubro. Desde então, o fim de vistos gold atribuídos na compra de imóveis levou a uma redução do IDE no setor, tal como antecipavam alguns agentes imobiliários assim que foi anunciada a intenção de avançar com a medida.

Porém, com a tomada de posse do novo Governo de Luís Montenegro em abril – que revelou, durante a campanha eleitoral, a intenção de reverter o fim dos vistos gold –, o interesse dos investidores estrangeiros no setor parece ter reanimado. Aliás, o atual Executivo aprovou já, em junho, um novo visto gold "solidário" que permite aos investidores estrangeiros adquirir uma autorização de residência em troca de investimentos em infraestruturas e equipamentos de apoio a imigrantes vulneráveis.

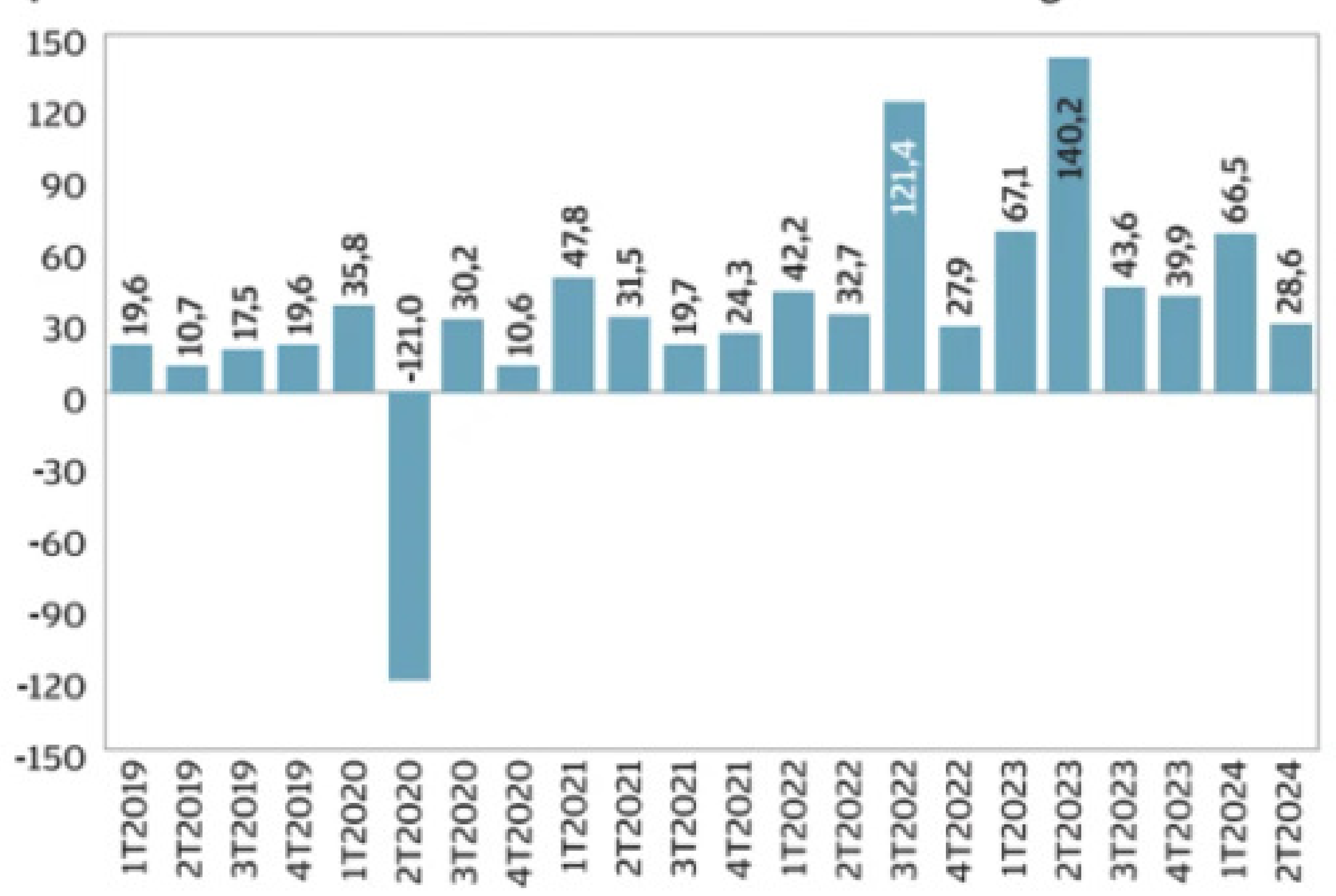
O valor das transferências de investidores internacionais para o setor imobiliário entre abril e junho corresponde a cerca de 30% do total de investimento direto estrangeiro registado no mesmo período (3,1 mil milhões). É de notar que, apesar de se ter registado uma diminuição das transações de IDE no imobiliário entre outubro e março, este setor manteve um peso significativo no total de investimento direto estrangeiro, o que significa que o imobiliário é ainda uma porta de entrada para muito IDE em Portugal.

Essa subida deu-se mesmo numa altura de condições financeiras restritivas, devido às taxas de juro elevadas, e de arrefecimento do setor imobiliário na Zona Euro, embora não se tenha manifestado ainda em Portugal.

Com a nova subida no IDE no imobiliário, o "stock" acumulado no setor atingiu um novo máximo histórico, nos 32,9 mil milhões de euros. Já "stock" acumulado total de IDE em Portugal subiu para 183,9 mil milhões no segundo trimestre. Desse, 18% está em imobiliário. ■

QUASE 30% DO INVESTIMENTO É EM IMÓVEIS
Peso do setor imobiliário no investimento direto estrangeiro em Portugal, em percentagem

O imobiliário continua a ser a porta de entrada para uma percentagem muito significativa de investimento direto estrangeiro no país. Mesmo com o fim dos vistos gold, o setor continua a ser responsável por mais de um quarto do valor das transferências de investidores estrangeiros.



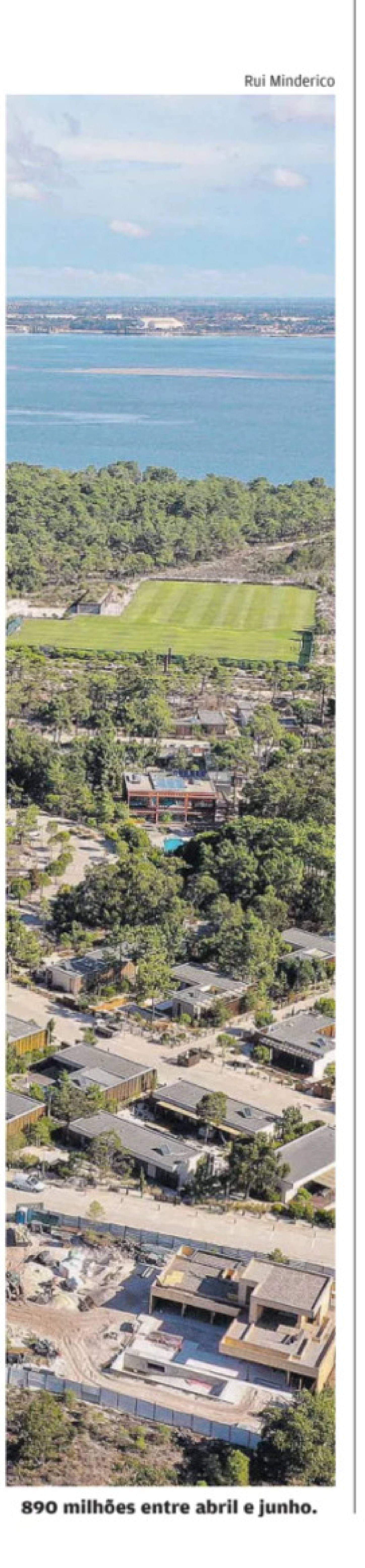
Fonte: Banco de Portugal

892,8
TRANSFERÊNCIAS
Valor das transações de investimento direto estrangeiro (IDE) no imobiliário registadas no segundo trimestre.



Investimento direto estrangeiro no imobiliário aumentou 30% para mais de

Rui Minderico



890 milhões entre abril e junho.

EMPREGO NA UE

País com 9.ª pior taxa para recém--formados

Com melhorias muito ligeiras face ao ano anterior, a taxa de emprego para recém-formados do ensino secundário e superior avançou em Portugal para 82,4% em 2023, mantendo-se como uma das mais baixas na UE, na 9.ª posição entre os países com menores taxas de participação à entrada do mercado de trabalho.

De acordo com dados divulgados nesta quarta-feira pelo Eurostat, o país continua a ficar abaixo da média dos 27, com uma taxa de emprego de 83,5% (82,4% no ano anterior). A taxa de emprego dos recém-formados em Portugal limitou-se a avançar duas décimas (82,2% em 2022). O país piorou, porém, na sua posição relativa na UE. Um ano antes, tinha apenas o 11.º pior lugar na empregabilidade de recém-formados.

Após o período da crise das dívidas soberanas, marcado pelo forte desemprego e com taxas-recorde de desemprego jovem, Portugal manteve de 2017 a 2019, até à pandemia, taxas de emprego acima dos 80% para recém-formados. Estas caíram depois para valores de 75,7% e 76,2% em 2020 e 2021, respetivamente, recuperando em 2022 e em 2023.

Na ordenação do último ano, Malta obtém o melhor resultado, com uma taxa de emprego de 95,8% para os recém-formados, seguida dos Países Baixos com 93,2%, e da Alemanha com 92,8%.

Os piores resultados são obtidos por Itália (67,5%), Grécia (72,3%) e Roménia (74,8%).

Os dados do Eurostat dizem respeito às taxas de emprego dos jovens entre 20 e 34 anos formados nos últimos três anos, tendo completado o ensino secundário, o pós-secundário ou um grau do ensino superior. ■



MARIA CAETANO

EMPRESAS

Bruno Colaço



A presidente da SPV, Ana Trigo Morais, alerta que há embalagens no valor de 35 milhões de euros a seguirem para aterro, quando podiam ser recicladas.

RESÍDUOS

Lixo dos turistas: "Quem paga são os portugueses", diz SPV

Portugal produz cinco milhões de toneladas de resíduos por ano: 57% vão para aterro e 15% para incineração. Apenas 16% são reciclados. Com o turismo a crescer, aumenta também o lixo deixado para trás pelos visitantes, cuja recolha e tratamento são pagos pelos cidadãos na fatura da água. A Sociedade Ponto Verde diz que é "injusto".

BÁRBARA SILVA
barbarasilva@negocios.pt

Os serviços de recolha e tratamento do lixo produzido por milhões de turistas que todos os anos visitam o país estão a ser pagos pelos contribuintes portugueses. Este custo está a ser cobrado diretamente nas faturas mensais de água. O alerta é deixado pela presidente da Sociedade Ponto Verde (SPV), Ana Trigo Morais, que considera a situação injusta. A entidade privada que gere o sistema integrado de embalagens não tem ainda uma avaliação feita aos custos associados aos resíduos produzidos pelos turistas, mas diz que essa contabilização é urgente.

"Não sei dizer quanto é que isto vale, mas é bastante injusto para os contribuintes terem de pagar na taxa de gestão de resíduos associada ao consumo de água das suas casas os resíduos produzidos pelos turistas. Sejam eles colocados nos ecopontos ou não. Há uma externalidade da atividade turística nas vilas, praias, montanhas, cidades, e quem está a pagar são os moradores desses sítios", disse a responsável, defendendo que esse impacto pode e deve "ajudar a melhorar a gestão dos resíduos nas regiões afetadas".

Para isso, defende, o primeiro passo é acabar com a taxa de gestão de resíduos indexada ao consumo de água, o que está previsto para 1 de janeiro de 2025. "No dia em que isso acontecer, os contribuintes vão questionar-se: porque é que eu pago tanto pelos resíduos, se eu só produzo isto?", garante. Outra solução passa por usar as taxas turísticas cobradas pelos municípios para mitigar o impacto nos resíduos e financiar as melhorias nos serviços de higiene urbana, tal como estava previsto na sua criação. No entanto, essa decisão cabe a cada autarquia.

Do lado dos ambientalistas, Rui Berkemeier, da associação Zero, diz que o principal problema é o atual sistema de recolha de resíduos (também a cargo dos municípios), "que não é bom e está estagnado". "A pressão extra da atividade turística só evidencia o que não está bem", refere. E dá um exemplo: "As garrafas de água de plástico que os turistas compram – e os portugueses também – vão parar às papeleiras e daí para aterro ou incineração. Falta implementar os sistemas de depósito e reembolso nos supermercados, a

recolha porta a porta, para passarmos a pagar o lixo em função do que produzimos", defende o ambientalista.

Aterros no limite máximo

Ana Trigo Morais diz mesmo que "a principal razão para Portugal não estar a cumprir as metas está na recolha dos resíduos. "É um fator crítico para o sucesso da reciclagem. Seja de uma embalagem, de um telemóvel, de peças de roupa ou móveis, medicamentos", explica. Os números mais recentes da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), de 2022, mostram que nesse ano o país produziu mais de cinco milhões de toneladas de resíduos urbanos (um quarto são embalagens), com 77% de recolha indiferenciada e 21% de recolha seletiva. Aqui, 9% vêm dos ecopontos e 4% do porta a porta. O relatório da APA diz que "a recolha seletiva se encontra praticamente estagnada": entre 2017 e 2022, aumentou de 16 para 21%.

Quanto ao destino a dar aos resíduos, 57% – três milhões de toneladas – ainda vão para aterro e 15% para incineração Apenas 16% foram reciclados em 2022. "Chamamos-lhes lixo, mas há valor económico nos resíduos. Neste momento, estamos a enviar para aterro recicláveis no valor de 35 milhões de euros", avisa a presidente da SPV. Em Portugal há 34 aterros, sendo que no final de 2021 a capacidade dos mesmos era de apenas 15 milhões de toneladas. Neste momento já será ainda mais reduzida, mas não existem números atualizados disponíveis.

"O país tem um grave problema de aterros, que estão a esgotar-se. Por isso, no espaço de 10 anos queremos zero embalagens nos aterros. Não é aceitável que continue a acontecer", diz a presidente da SPV, lembrando que "Portugal não cumpre historicamente as metas de reciclagem dos resíduos urbanos, exceto nas embalagens, que são da responsabilidade da SPV". Ainda assim, no vidro as metas também não são cumpridas, alerta a responsável, com 40% das embalagens (de cafés, restaurantes e hotéis) a "perderem-se" para aterro, obrigando a indústria a importar matéria-prima que podia ser reciclada.

Quanto ao futuro, Ana Trigo Morais vê com grande preocupação as novas metas de reciclagem – ainda mais ambiciosas – que Portugal vai ter de cumprir. E espera que a tendência se inverta e que o setor esteja entre as prioridades do atual Governo. "Os resíduos têm sido o parente pobre da política ambiental em Portugal", remata. ■

16%

RECICLAGEM

De cinco milhões de toneladas de resíduos produzidos em 2022 no país, só 16% foram para reciclagem. 57% seguiram para aterro.

É bastante injusto para os contribuintes terem de pagar os resíduos produzidos pelos turistas.

ANA TRIGO MORAIS
Presidente da Sociedade Ponto Verde

PERGUNTAS A ANA TRIGO MORAIS
Presidente da Sociedade Ponto Verde

"Sem dados não podemos gerir. Falta um INE para os resíduos"

A Sociedade Ponto Verde (SPV) acaba de ver renovada por mais 10 anos a sua licença de entidade que gere o sistema de resíduos de embalagens. Com isso chegam novas exigências e responsabilidades.

O que falta para cumprir as metas de reciclagem?

Os portugueses querem mais ecopontos e os recicláveis recolhidos à porta, mas é preciso saber quanto custa e quem paga. A recolha de resíduos é um exclusivo das autarquias, que são financiadas para isso, ainda que a atualização dos valores de contrapartida tenha sido adiada de novo, para janeiro de 2025. Além disso, faltam sistemas de recolha mais eficientes e à medida das populações. Temos novos hábitos de consumo e o turismo que veio transformar o país. Recolher resíduos no Norte não custa o mesmo que no Alentejo ou Algarve.

Os portugueses reciclam o suficiente?

É preciso falar com os cidadãos, porque vamos ter mais resíduos para separar: vem aí a recolha seletiva de biorresíduos, têxteis, mobiliário, vamos ter sistemas de depósito e reembolso para garrafas de plástico nos supermercados.



Temos de trazer as pessoas para o processo de reciclagem porque isso também lhes vai à carteira.

Temos de trazer as pessoas para o processo de reciclagem porque isso também lhes vai à carteira. Quanto mais valorizarmos os resíduos, menor é a fatura a pagar.

Pagamos muito pela gestão do nosso lixo?

Eu não sei dizer se a SPV está a pagar a mais ou a menos, mas não estamos a pagar o custo justo. Quanto mais transparência houver no processo, mais justos serão os custos para todos: contribuintes, juntas de freguesia, câmaras municipais, entidades gestoras. Mas sem dados, sem números fiáveis e atualizados, não podemos gerir o sistema. Falta um observatório nacional, uma espécie de INE para os resíduos. Temos de rever a tabela dos valores de contrapartida que pagamos às entidades em alta, e que estas pagam aos municípios, mas andamos há quatro anos a discutir o custo desses serviços.

Que competência ganhou a SPV com a nova licença?

Vamos alargar as nossas responsabilidades. Ou seja, não vamos ser responsáveis apenas pelas embalagens dos ecopontos, mas sim por todas as embalagens, desde as que saem de casa dos cidadãos, dos cafés, restaurantes, pequeno e grande comércio. Na limpeza urbana, vamos ter de desenhar um sistema nacional, incluindo ilhas, para recolha das embalagens deitadas nas papeleiras ou para o chão. No final do ano vamos saber quanto vai custar financiar as autarquias nesse novo custo.

Concorda com o aumento da taxa de gestão de resíduos?

A taxa de gestão de resíduos é uma ferramenta de fiscalidade verde. Tem de haver instrumentos de incentivo e de penalização. A taxa já subiu para o dobro para as embalagens que são enviadas para aterro. Mas esse dinheiro devia ser usado para reinvestir nos sistemas de recolha. ■

TRANSPORTES

Operadores ferroviários reduzem dívida à IP

Os operadores ferroviários, que em novembro tinham uma dívida vencida à gestora da rede de 78 milhões por não pagamento da taxa de uso da infraestrutura, reduziram o valor este ano para cerca de 3 milhões. Só a Fertagus não tem neste momento qualquer dívida.

MARIA JOÃO BABO
mbabo@negocios.pt

Os operadores ferroviários têm, neste momento, 2,81 milhões de euros em dívida à Infraestruturas de Portugal (IP) pelo não pagamento da taxa de utilização da infraestrutura a que estão obrigadas. Um valor, revelado agora pelo Ministério das Infraestruturas e Habitação em resposta a questões colocadas pelo deputado do PCP António Filipe, que reflete uma redução de 96% face aos 78 milhões de euros de dívida vencida que acumulavam em novembro do ano passado.

De acordo com o gabinete de Miguel Pinto Luz, relativamente às operadoras de mercadorias, a Medway tem neste momento em dívida à IP 2,24 milhões de euros da taxa faturada em 2023 – que é paga por cada comboio para circular na rede nacional –, enquanto a Captrain Portugal (antiga Takargo) tem por pagar cerca de 510 mil euros. Já no caso das empresas de transporte de passageiros, a CP reduziu os pagamentos em falta para 60 mil euros e a Fertagus não deve nada.

Ao longo de 2023, segundo revelou a IP no documento de prestação de contas, verificou-se "o crescimento da dívida vencida dos operadores ferroviários, tendo atingido um valor máximo de aproximadamente 78 milhões de euros em novembro". Apesar de não clarificar as causas das dívidas acumuladas, a gestora da rede ferroviária nacional adiantava que a CP representava então a maior fatia – 74%. A operadora pública efetuou, entretanto, pagamentos em dezembro, o que levou a dívida vencida do conjunto das operadoras a reduzir-se para os 18,7 milhões de euros no final do ano. Para este valor, segundo a IP, destacava-se a Medway com 8,6 milhões de euros, a Fertagus com 5 milhões, a CP com 3,4 milhões e a Captrain com 1,7 milhões.

De acordo com a informação agora disponibilizada pelo Executivo, relativamente às taxas de utilização da infraestrutura em 2023, o valor aplicado à CP foi de 66,57 milhões de euros, à Medway de 7,29 milhões, à Fertagus de 5,02 milhões e à Captrain de 2,02 milhões.

A taxa de uso da infraestrutura mereceu no ano passado muita contestação dos operadores na sequência da decisão da IP de a aumentar 23% em 2024. A Autoridade da Mobilidade e dos Transportes ainda saiu em defesa das empresas que utilizam a rede ferroviária nacional, mas as recomendações não foram atendidas.

O atual Governo inscreveu no seu programa a intenção de rever a taxa de uso da infraestrutura para comboios de mercadorias, para eliminar a distorção em relação ao transporte rodoviário. ■

Miguel Baltazar



Os operadores de mercadorias foram muito críticos do aumento de 23% da taxa de uso de infraestrutura decidida pela IP para 2024.

60

CP
Em novembro, a CP representava 74% dos 78 milhões em dívida à IP. Ainda tem a pagar 60 mil euros da taxa de uso faturada em 2023.

2,24

MEDWAY
A Medway tem neste momento em dívida à IP 2,24 milhões de euros de taxa de uso de 2023. No fim do ano passado eram 8,6 milhões.

BREVES

AUTOESTRADAS

COMPRA DA DOURO LITORAL PODE AVANÇAR

A compra da Autoestradas do Douro Litoral (AEDL) por fundos geridos pela Igneo Infrastructure Partners recebeu luz verde da Autoridade da Concorrência (AdC), indicou o regulador. A operação, que, sabe o Negócios, envolve valores superiores a 400 milhões de euros, consiste na venda da Noae Investments, "holding" cujo único ativo é a AEDL, aos fundos geridos pela Igneo, que em Portugal controla a Finerge, empresa do setor da energia renovável. Em fevereiro, o Negócios avançou que os fundos liderados pela SVP tinham contratado a Goldman Sachs e a Natixis para avançarem com a venda da concessionária que gere as autoestradas A43, A41 e A32, que servem a Área Metropolitana do Porto e contam com mais de 73 quilómetros de extensão. A venda, segundo foi então noticiado, poderia ultrapassar os 400 milhões de euros, tendo em consideração as transações mais recentes na Europa no setor das autoestradas com portagens, feitas por 12 a 15 vezes o EBITDA. ■

HANDLING

GROUNDFORCE TEM PLANO PARA A GREVE

A Menzies Aviaton, que concluiu a compra de 51% da Groundforce, lamenta que o Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes de Portugal tenha avançando com o pré-aviso de greve para os dias 31 de agosto e 1 de setembro, assegurando que não tentaram dialogar antes. E garante que já tem em curso planos de contingência para minimizar possíveis perturbações. "Estamos profundamente desiludidos com a decisão de alguns dos sindicatos em avançar imediatamente para a greve sem que, primeiro, procurassem dialogar connosco para encontrar uma solução conjunta e resolver esta questão", comentou Rui Gomes, vice-Presidente da Menzies Aviation em Portugal, em respostas enviadas ao Negócios. Os trabalhadores que integram o Sttamp aprovaram a paralisação em protesto pela existência de "vencimentos base inferiores ao salário mínimo nacional", contra "o recurso sistemático a trabalhadores de empresas de trabalho temporário" e o "trabalho suplementar em incumprimento com os limites legais em vigor". ■

BANCA

ADMINISTRADORES DO BPI TÊM OK DO BCE

Os dois mais recentes membros da comissão executiva do BPI receberam luz verde do Banco Central Europeu para o início de funções no banco, avançou a instituição financeira em comunicado. Ana Rosas Oliveira e Afonso Fuzeta Eça "iniciaram funções de vogais do Conselho de Administração e de membros da sua Comissão Executiva em 30 de julho de 2024 na sequência da autorização para o exercício de funções concedida pelo Banco Central Europeu", esclarece a instituição financeira em comunicado enviado à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. Os administradores foram cooptados em fevereiro. ■

TECNOLOGIA

XIAOMI LUCRA 1.173 MILHÕES DE EUROS

A Xiaomi teve um lucro líquido atribuível aos acionistas de 9.280 milhões de yuan (1.173 milhões de euros) no primeiro semestre do ano, mais 17,8% que no mesmo período de 2023. As vendas cresceram 29,6% para 164.394 milhões de yuan (20.778 milhões de euros), refere o fabricante chinês de telemóveis, veículos elétricos e outros dispositivos num comunicado. A venda de smartphones e internet das coisas (IoT) originaram receitas de 10.430 milhões de euros, um acréscimo de 22,5%. ■

JACKSON HOLE

Calma das montanhas testa nervosismo dos investidores

Os preços das opções e dos ETF sobre ações da banca – que deposita e pede emprestado ao banco central no mercado monetário – estão abaixo do seu histórico. As palavras de Jerome Powell podem impulsionar a retoma ou lançar um novo balde de água fria sobre as bolsas.

FÁBIO CARVALHO DA SILVA
fabiosilva@negocios.pt

Por estes dias, a 26.ª maior cidade dos EUA, Kansas City, torna-se no palco mundial da política monetária, mas é longe do centro urbano, e mais perto das montanhas, que a Reserva Federal (Fed) norte-americana e os seus homólogos se reúnem para discutir o futuro. Esta quinta-feira arranca mais um simpósio anual Jackson Hole.

O simpósio – que conta com 46 anos de existência, tendo sido pioneiro deste tipo de eventos promovidos pelos bancos centrais, como o fórum do Banco Central Europeu (BCE) em Sintra – é diferente este ano e reveste-se de uma especial onda de nervos para os investidores.

Na véspera da conferência, que decorre até sábado, a calma das paisagens de Jackson Hole contrasta com o sentimento do mercado. Os preços das opções sobre ações dos bancos norte-americanos assim como a maioria dos fundos negociados em bolsa (ETF) estão abaixo daquilo que é o histórico das cotações, de acordo com uma análise do Goldman Sachs, a que o Negócios teve acesso. A instituição dá ainda conta que os investidores esperam que o dólar norte-americano e os ETF sobre ações tecnológicas – especialmente sensíveis às mudanças de política monetária – saboreiem uma volatilidade elevada.

O simpósio deste ano compromete-se a realizar uma "reavaliação da eficácia da política monetária". Mas o que significa este título sonante? Os investidores querem sobretudo saber se haverá ou não cortes de juros em setembro, depois de na última reunião da Fed, o presidente Jerome Powell ter apenas admitido que a economia está a chegar ao ponto de começarem as reduções.

Depois de terem sido revistos em baixa os números da criação de emprego nos EUA nos 12 meses até março, o mercado reforçou ainda mais a expectativa de que o banco central corte a taxa de referência em 25 pontos base. Analistas e investidores tentarão agora perceber se esta esperança é alimentada e o momento para o fazerem é o ponto alto do evento: o discurso de sexta-feira de Powell.

Foi a presença de Paul Volcker que deu início a este hábito, que acabou consolidado pelo discurso do presidente Alan Greenspan em 1989. Mas nem sempre foi assim: o presidente Ben Bernanke faltou ao evento em 2013, tal como Janet Yellen em 2015.

Trump: o elefante na sala

Este evento é também uma oportunidade para o banco central dizer que não errou, depois de o mais recente tombo nas bolsas ter sido provocado por um temor de que os EUA poderiam entrar em recessão e que a Fed deveria ter cortado a taxa dos fundos federais mais cedo. Entretanto, os novos indicadores aliviaram estas preocupações. O "elefante na sala" serão as mais recentes declarações do candidato republicano à Casa Branca, Donald Trump, para quem o Presidente dos EUA deve ter uma palavra a dizer sobre a política monetária.

Para discutir o tema, Jackson Hole conta com académicos e banqueiros centrais no palco e ainda com a assistência de membros da comunicação social, instituições financeira e governos. Depois de Powell – o "membro mais novo da família de Sintra", como lhe chamou a presidente do BCE Christine Lagarde este ano – ter voado para Portugal para participar no fórum do banco central da Zona Euro, agora é a vez de a francesa se deslocar aos EUA.

Da Zona Euro deverão ainda estar alguns governadores, incluindo o português Mário Centeno, que ao que o Negócios apurou é uma presença regular neste evento, cujo programa completo é apenas publicado no primeiro dia. Ainda assim, é certa a participação de outros membros da Fed e de Janet Yellen, secretária do Tesouro dos EUA.

Outra presença que atrairá as atenções será a de Andrew Bailey, governador do Banco de Inglaterra. Se no Fórum BCE Bailey esteve em silêncio, devido às eleições no Reino Unido, agora pode falar, até porque tem uma intervenção marcada, de acordo com o The Guardian, que acrescenta que Bailey vai antecipar os passos do banco central para setembro. ■



JEROME POWELL
Presidente da Reserva Federal dos Estados Unidos

É a voz que todos querem ouvir e deverá discursar na sexta-feira. Os investidores desejam que Powell reforce a esperança sobre cortes de juros.



JANET YELLEN
Secretária do Tesouro dos EUA

A Fed coloca os "governos" no fim da pirâmide da assistência deste simpósio, mas a tradição dita a presença do responsável do Tesouro dos EUA.



ANDREW BAILEY
Governador do Banco de Inglaterra

Ao contrário do que aconteceu no Fórum BCE, Bailey já não precisa de ficar em silêncio e tem intervenção marcada. Está de férias nos EUA.



CHRISTINE LAGARDE
Presidente do Banco Central Europeu (BCE)

Powell já faz parte da "família de Sintra", onde decorre o Fórum BCE, disse Lagarde. A francesa vai agora visitar o "parente" aos EUA.



MÁRIO CENTENO
Governador do Banco de Portugal

O governador do Banco de Portugal é uma presença regular em Jackson Hole e este ano volta a voar para o simpósio em Kansas City.

Ann Saphir/Reuters

Jerome Powell e Christine Lagarde estarão juntos em Jackson Hole. Até ao momento não há notícias que o Banco do Japão volte ao evento.

Fed a cortar juros? É cada vez mais "apropriado"

Uma grande maioria dos membros da Reserva Federal (Fed) norte-americana acreditava, quando se reuniu no final de julho, que, se os dados continuarem em linha com o que é esperado, será "apropriado" começar a cortar juros em setembro, revelam as atas da Fed relativas a este encontro.

"Uma vasta maioria observou que, se os dados continuarem em linha com o esperado, será, provavelmente apropriado flexibilizar a política [monetária] na próxima reunião", que decorre em setembro, pode ler-se nas atas divulgadas esta quarta-feira. Este sentimento que se vive na sala de reuniões do Comité Federal do Mercado Aberto (FOMC) já tinha sido revelado pelo presidente da autoridade monetária, Jerome Powell, que afirmou que o "sentimento do Comité é de que a economia está a aproximar-se do ponto em que será apropriado reduzir a taxa de juro".

No encontro, foi ainda discutido o atual estado da política monetária, sendo que "muitos participantes" do FOMC consideram que a política monetária "continua a ser restritiva, embora tenham expressado uma série de opiniões distintas sobre o nível de restritividade".

Entre este grupo, "alguns participantes" alertaram para o facto de a tendência desinflacionista atual conjugada com as taxas de juro diretoras inalteradas poder endurecer ainda mais a política monetária, o que pode ter impacto na economia.

Em julho, a Fed decidiu pela 12.ª vez manter a taxa dos fundos federais inalterada num intervalo entre 5,25% e 5,5%, com o apoio de todos os membros do FOMC. No entanto, as atas revelam que vários membros observaram que face "aos recentes progressos da inflação e aos aumentos da taxa de desemprego, foi fornecido um argumento plausível", para deliberar uma redução em 25 pontos-base da taxa dos fundos federais nesse mesmo encontro. ■ FCS

OPINIÃO

A COR DO DINHEIRO



CAMILO LOURENÇO
Analista de economia
camilolourenco@gmail.com

Como virar o bico ao prego

Os últimos anos trouxeram o Orçamento do Estado para a arena do combate político. Aquilo que devia ser um simples ato legislativo (previsão de receitas e despesas) passou à categoria de moção de confiança/moção de censura. A tal ponto que um Governo, o segundo de António Costa, caiu pelo chumbo do orçamento.

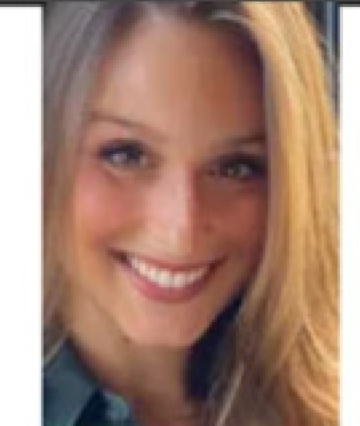
A moda parece ter vindo para ficar, apesar da falta de senso que está na sua base. A tal ponto que agora temos uma declinação do fenómeno: o referendo. Vem isto a propósito da iniciativa do Chega, que decidiu trocar a viabilização de um referendo à imigração pelo apoio na aprovação do OE2025.

A iniciativa tem pés para andar? Não. Primeiro porque a troca não faz sentido (o que tem um orçamento a ver com um referendo?). Depois porque a ideia de recorrer ao referendo não encontra suporte na razão que lhe está na base: a imigração.

Imigração é assunto da competência do Governo. Regula-se com leis e/ou decretos-lei, negociados (o desejável) ou não entre todos os partidos. Não é questão de regime, essa sim que cai no âmbito do referendo. Acresce que Portugal tem má experiência com referendos, como se viu com a despenalização da interrupção voluntária da gravidez. E se houvesse outro, agora sobre imigração, o problema seria ainda maior...

André Ventura é um animal político. E como estava acossado (juntamente como o PS) para aprovar o orçamento, decidiu tirar um coelho da cartola. A ideia é simples: pôr o país e comunicação social a falar do novo facto político (a "silly season" deixa a comunicação social sem notícias...), ao mesmo tempo que coloca o Chega na mó de cima. Como jogada de marketing faz sentido, como facto político tem de ser desmascarado. ■

LUGAR À MESA



CATARINA CARIA
Gestora de Programas na área da Paz e Desenvolvimento Sustentável; Membro do Conselho Estratégico da CIP

Chicago: o musical

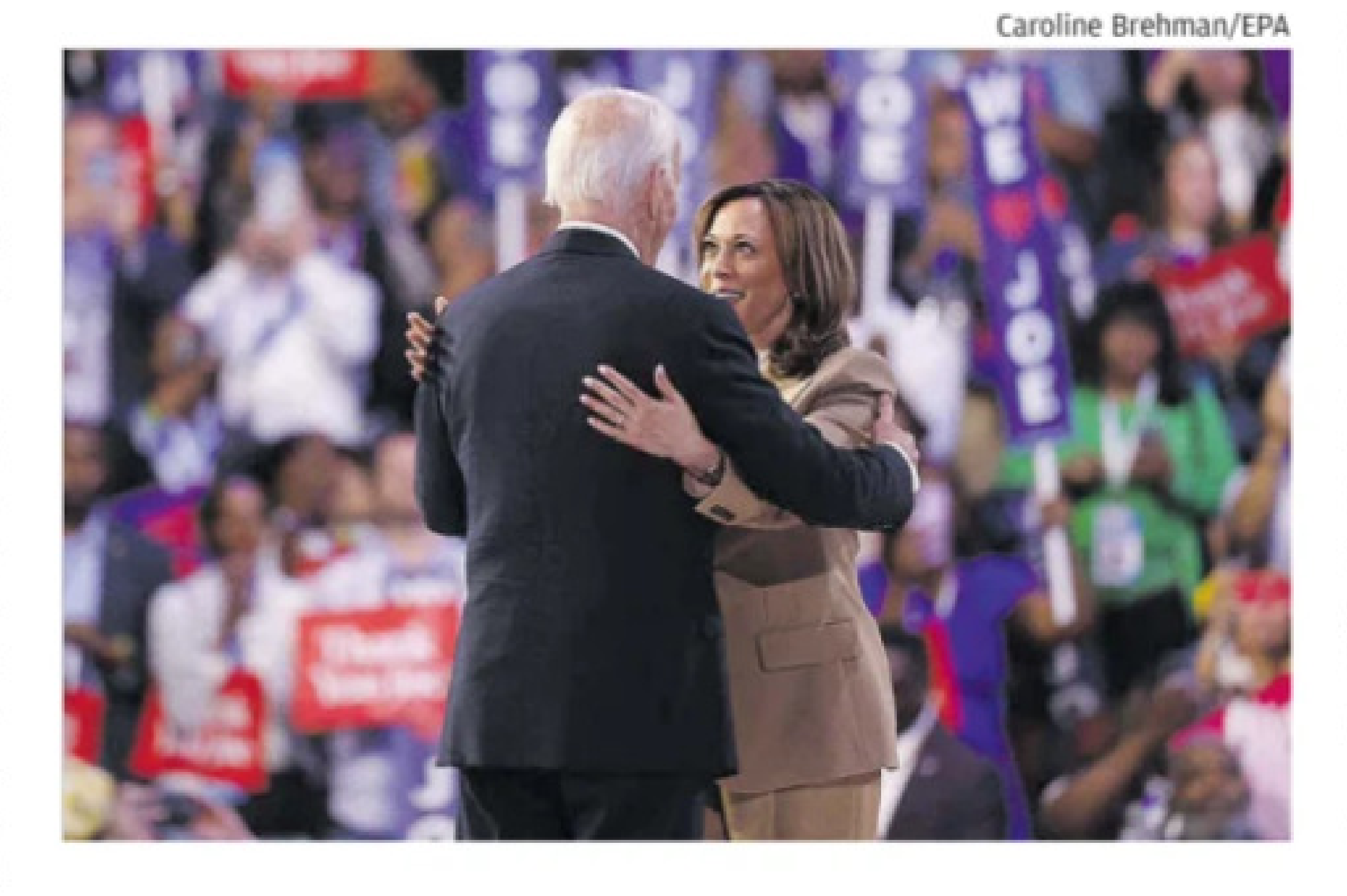
Todos os caminhos, esta semana, vão dar a Chicago, a cidade mais populosa do estado de Illinois, nos Estados Unidos, e palco da Convenção Nacional Democrata que termina hoje.

O primeiro dia, 19 de agosto, ficou marcado pelo discurso emotivo de Joe Biden e de outros bastiões do partido democrata, nomeadamente Alessandra Ocasio-Cortez, e a ex-candidata presidencial/ex-secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton. Também a vice-presidente e candidata à Casa Branca dos Estados Unidos, Kamala Harris deu o ar de sua graça em McCormick Place, o maior centro de convenções da América do Norte.

Numa tremenda ode à obra de Joe Biden, construída ao longo de meio século de serviço público, Chicago abriu as portas a um verdadeiro musical político ao som de "All American", do cantor country Mickey Guyton.

Alessandra Ocasio-Cortez, a congressista da ala mais à esquerda do partido democrata, proferiu rasgados elogios a Joe Biden, dando sinais de uma aproximação entre as duas fações democratas. Já Hillary Clinton disse que Biden devolveu a dignidade à Casa Branca.

Caroline Brehman/EPA



O 46.º Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, surpreendeu os democratas com um discurso forte, coerente, temperado com algum humor, e alicerçado na preconização das ideias que têm vindo a pautar esta administração, nomeadamente a defesa da democracia, ameaçada de novo por Donald Trump. Biden também reforçou o caráter, a experiência e a visão de Kamala Harris, confessando que a escolha da ex-procuradora geral da Califórnia para vice-presidente foi a melhor decisão da sua carreira.

Um dos momentos mais antecipados desta semana foi a intervenção de Barack Obama, mas a protagonista foi Michelle Obama, com um discurso arrepiante centrado na esperança e na confiança depositada em Kamala Harris para liderar o país. A ex-primeira-dama relembrou que o percurso de vida da candidata é a história de qualquer americano determinado e que todos os votos contarão.

Kamala Harris passa a ser, oficialmente, a nomeada do Partido Democrata às presidenciais norte-americanas e terá, até novembro, o ambicioso desafio de manter o "momentum", a energia e a crescente – embora ainda ferida – união do partido.

Embora as convenções democratas não sejam momentos decisivos para inverter tendências de voto, uma mensagem clara, unida e que agregue as sensibilidades dos democratas reforçará o programa político encabeçado por Kamala Harris, sob o lema "When we fight, we win" (quando lutamos, ganhamos).

A convenção reúne, este ano, cerca de 200 criadores de conteúdo para as redes sociais, na ordem da mobilização do voto jovem, que será crítico em novembro. A discussão em torno dos direitos de aborto continuará a lograr o apoio do eleitorado feminino e a acentuar o crescente fosso moral entre a aposta #MAGA (Make America Great Again) e o alegre "ticket" Harris-Walz.

As sondagens apontam para uma vantagem de Kamala Harris em alguns dos "swing states", os estados que ditarão a vitória no outono. E, à semelhança do mundo do espetáculo e da Broadway, quando o público está insatisfeito/aborrecido, uma cara nova e menos conhecida apresenta uma vantagem real. Kamala Harris ainda não desiludiu o eleitorado. Não carrega a bagagem de Donald Trump e tem evitado, estrategicamente, grandes presenças mediáticas. É uma tela em branco, por definir, que representa as esperanças dos eleitores. Mas ainda é muito cedo para que Donald Trump saia de cena. ■

Coluna semanal à quinta-feira

> Kamala Harris é uma tela em branco, por definir, que representa as esperanças dos eleitores.

CONVIDADO



RUI QUEIROGA
Business Development Director na Cleanwatts

Como conseguir energia limpa mais barata, com preços estáveis a longo prazo

Basta olhar à nossa volta para perceber que o interesse em assegurar um futuro sustentável é comum e que a transição energética está em curso, com oportunidades que permitem transformar a forma como produzimos e consumimos energia. Mas, sendo necessário democratizar o seu acesso e ir mais longe, isto requer ainda muita imaginação? Nem por isso, pois existem modelos promissores, alguns já testados com sucesso, como é o caso dos Community Power Purchase Agreements (C-PPA), especialmente no cenário empresarial português.

Analisemos a base: um PPA é um contrato bilateral de longo prazo entre um produtor de energia renovável e um consumidor que a compra a preços negociáveis e predefinidos. Entre os vários modelos de PPA, destacam-se os C-PPA, acordos de longo prazo, que habitualmente vão de 3 a 10 anos, entre um produtor local de energia renovável e membros de uma Comunidade de Energia (CER). Estas CER podem incluir empresas, instituições públicas, cidadãos e outras entidades que produzem, partilham e consomem localmente energia renovável. A principal vantagem deste tipo de contrato é possibilitar a cobertura do risco de flutuação de preço de mercado para o consumidor, assegurando aos membros da CER a aquisição de energia renovável a preços mais baixos e estáveis num prazo de tempo definido. Os contratos corporativos de PPA tiveram um aumento de 20% em 2023 e espera-se que continuem a crescer, visto que a proteção de preços é uma lufada de ar fresco no atual panorama incerto dos valores praticados no mercado da eletricidade, especialmente para as empresas.

Já há no domínio das soluções, a possibilidade de as empresas celebrarem C-PPA que permitem que à medida que são criadas CER, as suas instalações, com base nesse acordo, são todas integradas como membros, usufruindo de energia limpa local a preços mais baixos. Isto permite ainda que as empresas possam ter uma visão integrada e consolidada do consumo e produção de todas as suas instalações nas CER onde estão inseridas. Além disso, do ponto de vista social, permite que contribuam para promover a coesão social e reduzir a pobreza energética, uma vez que há a possibilidade de estender o acordo aos seus colaboradores ou instituições de apoio social.

Nem todos os consumidores têm a possibilidade de produzir a sua energia, seja porque não têm coberturas disponíveis para poderem instalar a sua própria produção fotovoltaica ou porque as mesmas são reduzidas. Numa CER, uma parte da produção das instalações fotovoltaicas dos vizinhos fornece energia para mim e com um C-PPA assegura que o preço é estável a longo prazo.

De salientar ainda que, sendo o produtor e o consumidor vizinhos, ao usarem uma ínfima parte da rede elétrica, pagam uma Tarifa de Acesso às Redes bastante reduzida e por esta via faz com que o custo total da energia seja inferior.

No entanto, embora os benefícios sejam claros, a implementação destes contratos não está isenta de desafios. A criação de uma CER requer um esforço de organização e coordenação. É essencial assegurar que as transações de energia com os membros sejam otimizadas e transparentes, e que estes compreendam plenamente os termos do contrato e os seus benefícios. Outro desafio é tornar os processos de licenciamento de projetos de energia renovável mais céleres – para lá caminhamos, mas ainda temos um longo caminho a percorrer.

Como vimos, os desafios têm soluções e as oportunidades são vastas. O poder das CER é a chave para desbloquear um futuro energético sustentável e inclusivo, que promova a justiça social e económica. As CER e em particular os C-PPA estão a ganhar tração e Portugal, com a sua abundância de recursos renováveis, está bem posicionado para liderar esta transformação. ■

> A criação de uma Comunidade de Energia Renovável requer um esforço de organização e coordenação.

CONVIDADO



RODRIGO CAMACHO
Economista e Consultor

A fada-madrinha e a crise na habitação

Por ora, existe um consenso nacional sobre a necessidade de o Estado agir nos setores da habitação e do imobiliário, qual fada-madrinha que consegue resolver todos os problemas destes setores. Convém relembrar ao Estado – não só ao central, mas também às câmaras dos vários municípios afetados por este flagelo – que o sapato de cristal servia apenas e só à Cinderela. Medidas cegas e transversais, associadas à ausência de apoio local, correm o risco de nada resolver e até de piorar o problema do acesso à habitação.

Não obstante interessantes discussões sobre o como – mais regulação, mais apoios aos senhorios, menos burocracia, mais incentivos fiscais, mais habitação pública, mais oferta privada, etc. – pouco se tem falado sobre o onde. Dá-se como adquirido o facto de esta ser uma emergência nacional, com especial ênfase em zonas mais urbanas, mas fica-se por aí. Este axioma tem tanto de acertado como de incompleto.

Uma breve passagem pelo site Idealista ajuda a iluminar um pouco a questão sobre o quão diferentes podem ser as realidades dentro da Área Metropolitana de Lisboa (AML). Se assumirmos que uma casa/apartamento à venda por menos de 300 mil euros pode ser considerada/o como uma compra barata ou acessível (uma definição bastante discutível, mas adiante), dividir o mercado imobiliário de cada concelho entre propriedades à venda por menos desse valor e propriedades à venda por um valor superior, evidencia que existem concelhos que têm problemas habitacionais bastante mais graves e urgentes do que outros.

A percentagem de casas à venda por menos de 300.000 euros varia dramaticamente dentro da AML, indo dos 88% da Moita até aos 4% de Cascais, sendo que a maioria dos concelhos se situa na faixa dos 30%-40%. Por outras palavras, apenas quatro em cada 100 casas à venda em Cascais estão por menos de 300 mil euros.

Não se trata de assumir que todos os concelhos deveriam ter os mesmos preços. Mas esta comparação direta permite-nos ter uma conversa sobre as diferentes necessidades de cada sítio. Não são apenas percentagens. A título de exemplo, Cascais não é apenas o concelho da AML com uma menor percentagem de casas à venda por menos de 300 mil euros (4%). É também o 2.º concelho com menos casas à venda por menos desse valor em termos absolutos (219), um número só superior ao do concelho de Alcochete (145), com a diferença deste ter um total de 457 casas e apartamentos à venda, e Cascais ter 5,228. Um segundo nível de conversa levar-nos-ia não só aos custos de vida – que tenderão a ser superiores nos concelhos onde existem menos casas "baratas" – mas também ao nível de rendimentos que, sendo superior em concelhos como Cascais, Oeiras, ou Lisboa, não acompanha estas diferenças de preços do imobiliário.

Se executivos camarários – como Cascais, Mafra, Lisboa, ou Oeiras – beneficiam com o preço elevado do imobiliário através da coleta de mais impostos, então têm a obrigação moral de providenciar soluções parciais para este flagelo. Estas podem passar por habitação pública jovem – veja-se o programa de Oeiras –, por programas público-privados de rendas acessíveis como o Porta 65, ou até cooperativas habitacionais (com exemplos recentes vindos do concelho de Lisboa).

As soluções são inúmeras e muitas vezes complementares. Mas a inação não pode ser uma delas. Se o Estado quer ser uma fada-madrinha, tem de garantir que todos os concelhos têm o seu sapato de cristal feito à medida. ■

OPINIÃO

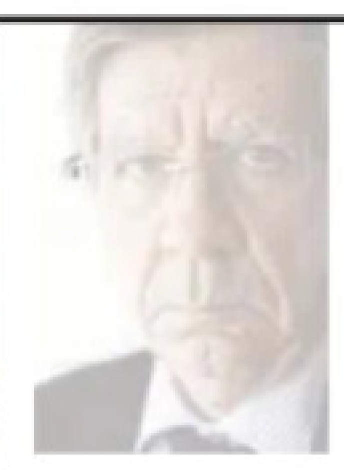
A MÃO VISÍVEL
Observações sobre o impacto das políticas para toda a sociedade e dos efeitos a médio e longo prazo por oposição às de efeitos imediatos e dirigidas apenas a certos grupos da sociedade.

maovisivel@gmail.com



ÁLVARO NASCIMENTO


CARLOS ALBUQUERQUE


JOAQUIM AGUIAR


JORGE MARRÃO


PAULO CARMONA


PEDRO BRINCA

É uma espécie de "conforcialismo"

CARLOS ALBUQUERQUE

Na Festa do Pontal deste ano, dá-se a reentrada política do PSD no novo ciclo anual. Neste ano Luís Montenegro aproveitou para realçar os feitos do seu Governo nos últimos 4 meses. E apontar o tom da ação política do ciclo que se aproxima. Das ideias expressas, ficamos com algumas notas sobre o seu pensamento mais profundo. Duas frases.

Primeira frase: "Estamos estratégica e estruturalmente a pensar no futuro …" Foi um rol de decisões do atual Governo. As negociações com os professores. Os polícias. Os guardas prisionais. Os oficiais de justiça. Em curso com os médicos e enfermeiros. Medidas sempre na esfera do Estado. Soluções de aplaudir. Difíceis. Com custos que se esperam sustentáveis. Mas, fundamentalmente, de gestão dos recursos. Fundamentais para a motivação dos servidores do Estado. E para o bom funcionamento dos serviços. Repõem injustiças remuneratórias não resolvidas. Mas não são medidas estratégicas e estruturais. Estão no domínio da gestão competente do Estado. São medidas de negociação sindical. De revisão periódica. E, em geral, todas as medidas que o sr. primeiro-ministro referiu, encontram-se quase na totalidade na esfera do Estado. Como se o futuro do país se resolvesse tomando apenas decisões do funcionamento público. Um Estado eficiente é condição necessária para o país. Mas está longe de ser condição suficiente para o desenvolvimento. O Governo parece continuar o padrão do anterior. Porventura com melhores gestores. Mas com a mesma atitude face ao país e ao futuro.

Segunda frase: "Nós não somos liberais…" O PM referir-se-ia ao substantivo. Porque, enquanto adjetivo, ser liberal é parte "The Struggle for a Decent Politics – On a 'Liberal' as an Adjective" (Michael Walzer). Mas a mensagem do PM é destrutiva dos nossos conceitos de democracia. Em que, através do poder popular livremente exposto, procuramos encontrar a justiça nos processos e nos caminhos do poder. E realizar a nossa individualidade em justiça e paz social. O PM diz também que não é socialista. Esperamos pela coragem política de encetar a rutura com os anos de governo socialista atávico. Pela capacidade de libertar as forças da sociedade. Porque, pensar estrategicamente apenas no Estado leva-nos a nenhures. Como no passado. Num continuado conformismo com as políticas socialistas das últimas décadas. Vermelho com matizes alaranjadas. Por mim, digo que é uma espécie de "conforcialismo". ■

"Nós não somos liberais, porque não somos daqueles que entendem que os mercados resolvem tudo por si…"

LUÍS MONTENEGRO, FESTA DO PONTAL,
14 DE AGOSTO DE 2024

A recessão que ainda está para acontecer

PEDRO BRINCA

O princípio do mês de agosto ficou marcado por um tumulto nos principais índices bolsistas mundiais. Os números divulgados pelo U.S. Bureau of Labor Statistics, no dia 2, precipitou a crença de que a recessão da economia americana, que vem sendo anunciada há já muitos trimestres, tivesse finalmente chegado. Existe uma certa perplexidade em perceber como é que um aumento tão acentuado das taxas de juro no combate à inflação não tenha arrefecido a economia ao ponto de entrar em território de crescimento negativo.

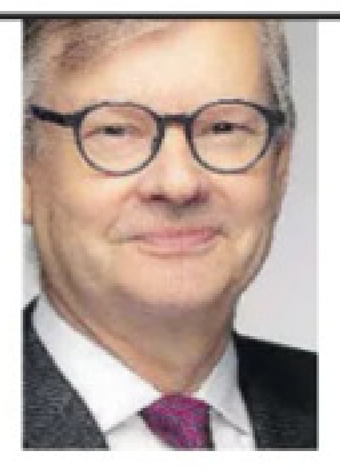
Por outro lado, existe uma incerteza muito elevada relativamente à avaliação das "big tech". A principal estrela do setor, a Nvidia, cresceu desde o início do ano e até dia 2 de agosto, mais de 170% em capitalização bolsista. Os recentes avanços na tecnologia que sustenta ferramentas de inteligência artificial têm promovido um crescimento muito acentuado das empresas do setor e existe o medo que esse crescimento possa não ser sustentado e esteja alavancado em expectativas de valorização difíceis de concretizar no futuro. Terá sido também por isso que foram estas empresas as maiores vítimas do "crash" do princípio do mês, com o Nasdaq – um índice bolsista americano com uma grande representatividade de empresas tecnológicas no seu portefólio – a sofrer uma correção de 13% face ao anterior máximo de 13 de julho. As perdas, no entanto, não se limitaram às grandes tecnológicas – o SP500 caiu cerca de 8,5% relativamente ao anterior máximo de 16 de julho, lançando o medo que de facto estejamos à beira da recessão.

No entanto, é preciso ter calma quando usamos o mercado bolsista como indicador avançado do estado geral da economia. Em 1966, Paul Samuelson proferiu uma frase que ficou famosa: "o mercado bolsista previu nove das últimas cinco recessões", lembrando que mesmo olhando para correções superiores a 20% do mercado, apenas cerca de metade realmente antecipou uma contração da economia real.

Os números da economia real continuam sólidos, antecipa-se uma descida das taxas de juro em setembro e ninguém tem dúvidas do valor acrescentado dos recentes avanços da inteligência artificial. Parafraseando Mark Twain, as notícias acerca do fim do atual ciclo de crescimento económico poderão ter sido precocemente anunciadas. ■

"Os mercados bolsistas previram nove das últimas cinco recessões"

PAUL SAMUELSON NEWSWEEK,
1966



STEFAN GERLACH
Economista-chefe do EFG Bank em Zurique, é ex-diretor executivo da Autoridade Monetária de Hong Kong e ex-vice-governador do Banco Central da Irlanda.

Os limites da independência dos bancos centrais

Os bancos centrais não são principados soberanos e os seus governadores não são príncipes soberanos. Embora a independência dos bancos centrais tenha sido essencial para a elaboração de políticas eficazes nas últimas décadas – dando às autoridades monetárias a garantia política para adotarem medidas necessárias, mas potencialmente dolorosas quando as condições o exigiram – é quase certo que os limites do princípio se tornarão mais claros nos próximos anos.

A razão não é que tenham existido erros catastróficos de política monetária, ou que os governos queiram gerir eles próprios a política monetária. Os bancos centrais têm geralmente feito um bom trabalho e os governos têm todo o prazer em deixá-los fazê-lo.

Embora a Reserva Federal (Fed) dos EUA e outros bancos centrais pudessem certamente ter intervindo mais cedo para travar ou mitigar o recente aumento da inflação, a maioria dos observadores mais sóbrios considera este episódio inevitável. Foi causado por uma série de choques extraordinariamente grandes e totalmente inesperados na economia mundial – nomeadamente a covid-19 e a invasão da Ucrânia pela Rússia. Os banqueiros centrais podem ser perdoados por não terem antecipado a primeira pandemia global num século e a primeira grande guerra na Europa em 80 anos.

Então, porque é que o princípio da independência dos bancos centrais está a tornar-se mais vulnerável? A principal preocupação é o crescimento dos balanços dos bancos centrais – devido a anos de flexibilização quantitativa (QE, na sigla em inglês) – que estão agora a conduzir a grandes prejuízos. Embora a independência dos bancos centrais seja ótima para os governos, em princípio, as perdas que terão efeitos de primeira ordem nas finanças públicas são outra questão. E isto é especialmente verdade se as perdas se materializarem numa altura em que a procura de despesas públicas na adaptação e mitigação das alterações climáticas, na competitividade estratégica e na defesa aumentou enormemente.

Kevin Mohatt/Reuters



A independência dos bancos centrais é frequentemente vista como uma panaceia para o tipo de inflação elevada e persistente que caracterizou a década de 1970 e o início da década de 1980. Para muitos parece um almoço grátis: desinflação e estabilidade de preços a longo prazo sem quaisquer efeitos adversos no crescimento e no desemprego. Mas os defensores da independência dos bancos centrais sobrestimaram quase certamente o seu papel de garante de uma inflação baixa.

Consideremos um cenário contrafactual: a Autoridade Monetária de Singapura (MAS) atingiu uma taxa de inflação média de quase 2% desde que o seu quadro de política monetária foi introduzido no início da década de 1980. Poucos bancos centrais conseguem igualar este registo estelar e, no entanto, quatro ministros do Governo têm assento no conselho de administração do MAS, e há poucas dúvidas de que o Governo de Singapura pode controlar a política monetária, se assim o desejar. Singapura alcançou uma inflação consistentemente baixa e estável sem um regime robusto de independência dos bancos centrais.

O que mais importa para a estabilidade de preços é a capacidade do banco central de definir as taxas de juro e outras alavancas políticas conforme considere adequado. É essencial um apoio político firme ao objetivo de manter uma inflação baixa; mas a completa independência jurídica não parece ser condição necessária para a alcançar.

Além disso, quando os economistas quantificam a independência dos bancos centrais, a própria Fed norte-americana tem uma pontuação fraca – pior do que a dos bancos centrais em muitos países latino-americanos propensos à inflação –, mas é geralmente considerada como tendo feito um bom trabalho na garantia da estabilidade de preços. Mais uma vez, a questão-chave é saber se existe um consenso político contra a intromissão na prossecução do banco central por uma inflação baixa.

Os bancos centrais são rápidos a salientar que o seu objetivo é garantir preços estáveis e não gerar receitas governamentais. Embora esta afirmação seja certamente verdadeira, é um pouco ingénua. Quando a independência dos bancos centrais foi adotada em todo o mundo, há um quarto de século, ninguém previu que os lucros e as perdas dos bancos centrais seriam muito importantes para as finanças públicas. Mas as grandes perdas são importantes e, uma vez que a situação mudou, os políticos poderão vir a acreditar que o consenso por detrás da independência do banco central e a forma que assume também precisam de mudar.

Os governos detêm o poder de nomear os decisores políticos monetários, pelo que é lógico que não nomearão responsáveis que não façam caso aos interesses e prioridades do governo. É por esta razão que os governadores dos bancos centrais de muitos países são frequentemente oriundos das fileiras dos antigos funcionários do Tesouro.

Os bancos centrais fariam bem em ser mais sensíveis às consequências que as suas ações podem ter nas finanças públicas. Em última análise, esta pode ser a única forma de proteger a sua liberdade de alinhar a política monetária com o seu mandato de estabilidade de preços. ■

Tradução: Leonor Mateus Ferreira

Porque está o princípio da independência dos bancos centrais a tornar-se mais vulnerável? A principal preocupação é o crescimento dos balanços dos bancos centrais.

Os bancos centrais fariam bem em ser mais sensíveis às consequências que as suas ações podem ter nas finanças públicas.

negocios

Conselho de Administração **Presidente: Domingos Matos; Vogais: Luís Santana, Ana Dias, Octávio Ribeiro, Isabel Rodrigues, Mário Silva, Miguel Paixão, Paulo Fernandes e Filipa Alarcão.** • Principal acionista **Expressão Livre II, SGPS, S.A. (100%).** • Diretora: **Diana Ramos** Diretor adjunto: **Celso Filipe** • Sede: Redação, Administração e Publicidade **Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3 - 1549-023 Lisboa** • Redação: tel. **210 494 000** e-mail **info@negocios.pt** Publicidade: tel. **210 494 076** e-mail **publicidade@medialivre.pt** • Assinaturas: tel. **210 494 999 (das 9h às 18h)** ou através do e-mail **assine@medialivre.pt** • Delegação Porto **Rua Eng.º Ferreira Dias, 181, 4100-247 Porto** tel. **225 322 342** • e-mail **negocios-porto@negocios.pt** • Internet **www.negocios.pt** • Propriedade/Editora: **Medialivre, S.A.** • Sede **Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3 - 1549-023 Lisboa** Capital Social **22 523 420,40€** • Contribuinte **502 801 034** • C.R.C de Lisboa **502 801 034** • Impressão **EGF-Empresa Gráfica Funchalense - R. da Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro.** ISSN: **0874-1360** • Estatuto editorial disponível no site em **www.negocios.pt**





QUINTA-FEIRA | 22 AGO 2024

...medialivre

Nº ERC: **121571** • Depósito Legal: **120966/98**
Tiragem média de julho de 2024: **4.173 exemplares**

SA LUÍS AFONSO







BREVES

MADEIRA
AVIÕES PARA TRAVAR O FOGO

O Governo decidiu ontem ativar o Mecanismo Europeu de Proteção Civil para que possam ser enviados "dois aviões canadair" para ajudar no combate ao incêndio que lavra há oito dias na ilha da Madeira, revelou fonte do Executivo da República. ■

MAR VERMELHO
PETROLEIRO GREGO ATACADO

O Governo da Grécia revelou que o navio atingido por três projéteis ao largo da costa do Iémen, causando um incêndio, é um petroleiro grego. Foi atingido a oeste do porto de Hodeida, relatou a agência britânica de segurança marítima UKMTO. ■

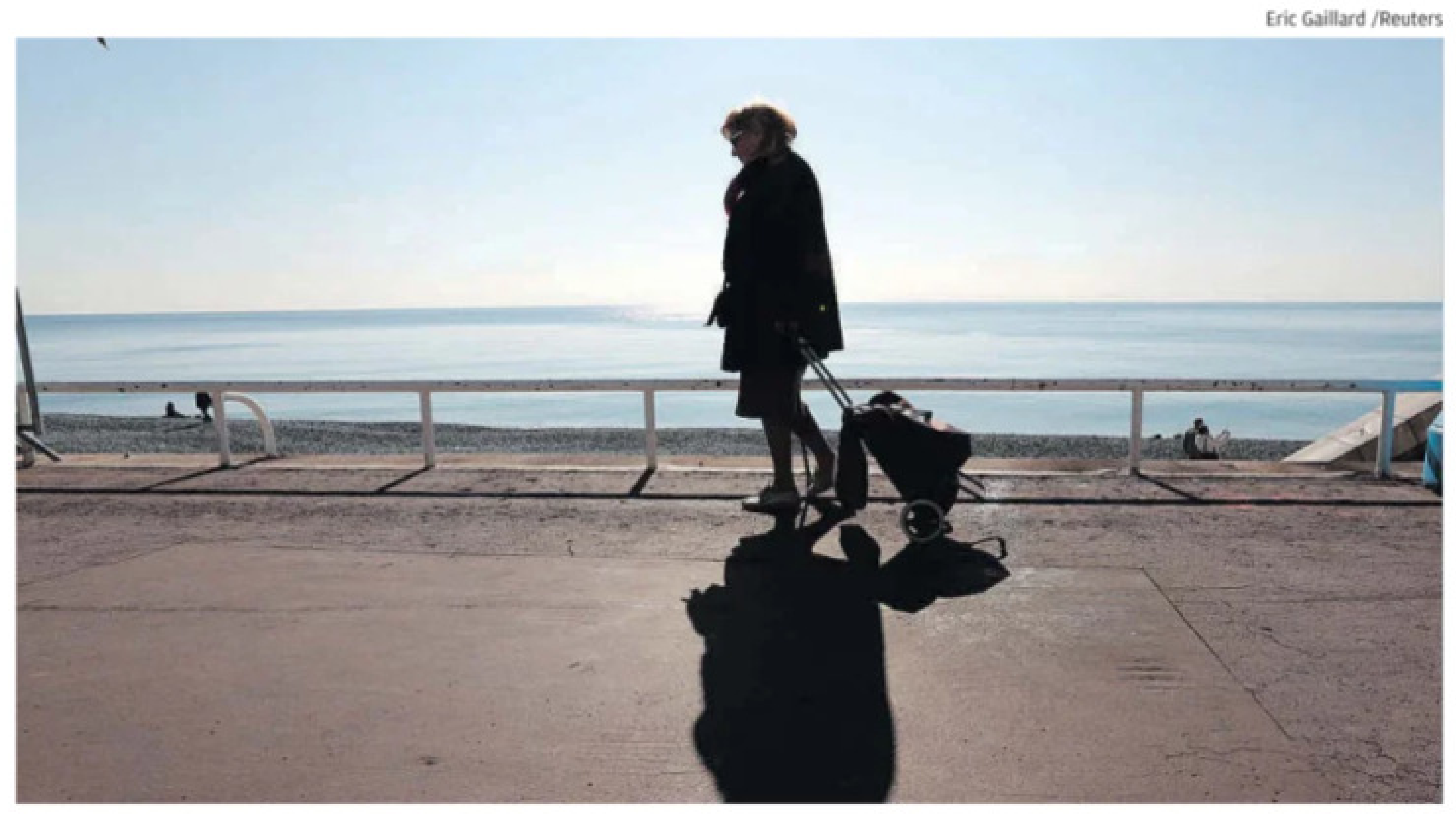
ESTADOS UNIDOS
MENOS 800 MIL EMPREGOS

Os números dos postos de trabalho gerados até março nos Estados Unidos terão sido inferiores em 818.000 empregos face ao inicialmente previsto, de acordo com uma revisão dos dados, contribuindo para a pressão sobre a Fed para cortar juros. ■

IMPOSTOS

Bónus nas pensões com taxa autónoma de IRS

Eric Gaillard /Reuters



Os pensionistas vão receber de uma única vez o suplemento que será atribuído de forma automática.

O suplemento extraordinário de pensões a ser pago em outubro e integralmente financiado pelo Orçamento do Estado terá uma taxa de IRS autónoma, garantindo que não há agravamento da tributação, assegura o Ministério das Finanças em resposta ao Negócios.

"O suplemento de pensão será sujeito a retenção na fonte de IRS, aplicando-se uma taxa autónoma da aplicada aos rendimentos das pensões pagas em outubro", refere fonte oficial do gabinete de Joaquim Miranda Sarmento.

O Governo opta assim por uma solução já antes adotada aquando do pagamento do bónus de "meia pensão" em outubro de 2022 e que também impediu um agravamento da retenção na fonte, para os pensionistas que viram o seu rendimento subir.

"A taxa de retenção na fonte autónoma, que será aplicada ao suplemento de pensão a pagar em outubro, será a que corresponder ao valor da pensão referente a esse mês", detalha o Ministério das Finanças. Quer isto dizer que o suplemento extraordinário será tributado na mesma proporção, mas não soma ao valor de pensão para efeitos de determinação da taxa a aplicar.

"Desta forma", sublinham Finanças, "garante-se que não haverá um agravamento da taxa de retenção na fonte, em sede de IRS, relativamente à taxa que é normalmente aplicável à pensão."

O suplemento será de 200 euros brutos, para pensionistas que recebam um total de pensões até 509,26 euros, de 150 euros para quem receba entre 509,26 e 1.018,52 euros e de 100 euros para aqueles cujo valor somado das pensões esteja entre 1.018,52 e 1.527,78 euros.

O universo abrangido é de cerca de 2,4 milhões de pensionistas e tem um custo estimado de 422 milhões de euros. ■ **PRP/MC**

ELEVADOR

Diana Ramos
dianaramos@negocios.pt





PAULO MACEDO
CEO da CGD

Paulo Macedo, CEO da CGD, encerra um capítulo menos positivo do banco público, após uma profunda capitalização com reestruturação, e devolve a totalidade da ajuda pública concedida à Caixa Geral de Depósitos, em "cash", sete anos após a injeção de capital. Hoje, o banco público é uma instituição diferente, mais sólida, e com maior capacidade num mercado altamente concorrencial. ■





ANA PAULA MARTINS
Ministra da Saúde

A ministra da Saúde tem estado debaixo de fogo este verão, sobretudo devido ao encerramento das urgências de Obstetrícia em diferentes hospitais do país. Soma-se agora a demissão do médico responsável pela especialidade de Ginecologia e Obstetrícia da Maternidade Alfredo da Costa, a unidade de saúde que mais tem sido pressionada no atendimento a grávidas e na realização de partos. E fê-lo pela elevada sobrecarga de trabalho. ■